



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

EDSON DA COSTA GULARTE

**O direito e acesso à Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia da
Covid-19: um recorte de classe.**

FLORIANÓPOLIS
2022

EDSON DA COSTA GULARTE

O direito e acesso à Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia da Covid-19: um recorte de classe.

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. Orientadora: Prof(a) Dra. Célia Regina Vendramini.

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gularte, Edson da Costa

O direito e acesso à Educação de Jovens e Adultos no contexto da pandemia da Covid-19: um recorte de classe. / Edson da Costa Gularte ; orientador, Célia Regina Vendramini, 2022.

61 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, , Programa de Pós-Graduação em , Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. . 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Ensino Remoto. 4. Trabalho. 5. Covid-19. I. Vendramini, Célia Regina. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em . III. Título.

Este trabalho é dedicado a todos(as) aqueles(as) que vieram antes de mim e lutaram para que a educação dos filhos da classe trabalhadora fosse possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, aos que lutaram para que os filhos da classe trabalhadora pudessem ingressar numa universidade pública. Agradeço por terem feito de mim um universitário a partir da Lei de Cotas Universitária para estudante de escola pública. Que nossas lutas construam oportunidades para os que vierem depois de mim.

Gostaria de agradecer minha orientadora, Célia Regina Vendramini, por ter aceitado minha orientação e por ter sido sempre tão solícita e comprometida com nossa pesquisa. Agradeço também à banca formada pelos(as) professores(as) Carolina Picchetti Nascimento, Marcos Antonio da Silva e Sandra Luciana Dalmagro por aceitarem o convite e pelo tempo dedicado à leitura e ao exame do trabalho.

Agradeço a Deus (em seus diversos caracteres e diversificações religiosas). Seguido de minha mãe Odete, a qual, sem escolarização e trabalhadora em caráter informal e precarizado, possibilitou que eu pudesse trilhar um caminho no qual ela sonhou para mim. Para além dela, agradeço minha avó Emília, pelo cuidado e afeto que sempre teve comigo. São mulheres que, através do carinho e dedicação, colaboraram para formar o sujeito que sou hoje.

Aos meus irmãos Aline, Cristiana, Geremias, Heliete, Jucilene, Sabrina e Samanta devo agradecimentos. Mesmo de maneira indireta, foram um combustível para que eu alcançasse algo que lhes foi negligenciado. O que, em grande parte, foi responsável pelo tema desta pesquisa.

Agradeço também às minhas amigas que me acompanham e que sempre depositaram confiança na minha trajetória e no meu potencial, em especial: Amanda, Camila, Danielly, Débora, Layla, Shayra e Steffany.

Estar na graduação, grande parte das vezes, se torna uma tarefa árdua, principalmente no que diz respeito à permanência e condições favoráveis de estudo. Diante disso, agradeço às amigas que, felizmente, a graduação me possibilitou conhecer: Bruna, Giulia e Isadora. Além delas, quando tudo estava prestes a acabar e as despedidas da universidade já se faziam presentes, também conheci Monike, com a qual dividi parceria no Estágio (o momento mais desafiador e marcante da graduação). Todas vocês fizeram essa trajetória ser mais leve, tenho orgulho das profissionais incríveis que se tornaram!

Devo, também, agradecimento aos motoristas do transporte escolar cedido pela prefeitura de minha cidade, sem o qual eu teria problemas com relação à permanência na universidade. Para além deles, agradeço aos trabalhadores terceirizados, mais ainda àqueles encarregados pela manutenção do CED, responsáveis pelo funcionamento da universidade, mesmo que em condições precarizadas de trabalho.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos professores(as) da graduação pelo comprometimento com uma formação crítica voltada à estudantes que se tornarão educadores de próximas gerações. Em especial, agradeço aos professores(as) Astrid, Carolina Picchetti, Carolina Cardoso, Iraldo, Joana, Jocemara, Mauro e Simoni. De fato, foram professores(as) que serviram de inspiração para o professor que almejo ser.

Quero aprender a ler e a escrever, disse, certa vez, camponesa de Pernambuco, para deixar de ser sombra dos outros.” É fácil perceber a força poética se alongando em força política de que seu discurso se infundiu com a metáfora de que se serviu. Sombra dos outros. No fundo, estava cansada da dependência, da falta de autonomia de seu ser oprimido e negado. De “marchar” diminuída, como pura aparência, como puro “traço” de outrem. Aprender a ler e a escrever mostraria a ela, depois, que, em si, não basta para que deixemos de ser sombra dos outros; que é preciso muito mais. Ler e escrever a palavra só nos fazem deixar de ser sombra dos outros quando, em relação dialética com a “leitura do mundo”, tem que ver com o que chamo a “re-escrita” do mundo, quer dizer, com sua transformação. Daí a natureza política, não necessariamente partidária, da educação em geral, da de adultos e da alfabetização em particular.

Paulo Freire, 2000.

Fragmento da obra *Pedagogia da Indignação*.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar as repercussões da pandemia da Covid-19 sobre o processo de escolarização de jovens e adultos trabalhadores da EJA do município de Florianópolis/SC. Com base no materialismo histórico-dialético, buscou-se, a partir de referenciais teóricos e dados empíricos, a compreensão acerca da situação dos estudantes da classe trabalhadora no contexto de crise sanitária e de crise do sistema capitalista. Foram analisados dados de matrícula da EJA de Florianópolis, entrevistas com coordenadores e pesquisas correlatas. Observou-se o agravamento das condições de vida e trabalho gerado pela situação de pandemia, bem como das condições de escolarização, particularmente com o uso do ensino remoto, no bojo de um projeto de educação voltado à classe trabalhadora a partir do ideal de formação flexível para uma força de trabalho completamente disponível ao capital.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Trabalho. Covid-19. Ensino Remoto.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Condição de Nascimento dos Estudantes da EJA em Florianópolis - 2022	31
Gráfico 2 - Matrículas na EJA de Florianópolis/2018-2022	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE Conselho Nacional de Educação

EAD Educação a Distância

EJA Educação de Jovens e Adultos

HPE Horas de Produção Externa

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

OMS Organização Mundial da Saúde

SC Santa Catarina

SUS Sistema Único de Saúde

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CRISE SANITÁRIA, CRISE DO CAPITAL E A CLASSE TRABALHADORA	14
3. A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA	20
3.1 EDUCAÇÃO DA E PARA A CLASSE TRABALHADORA	21
3.2 A EJA FRENTE AOS DESMONTES DA EDUCAÇÃO	24
3.3 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO: O ENSINO REMOTO	27
4. A PANDEMIA E A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: A EJA DE FLORIANÓPOLIS	30
4.1 A EJA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	30
4.2 A EJA DE FLORIANÓPOLIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA	34
4.3 OS ESTUDANTES DA EJA DE FLORIANÓPOLIS DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A – Aprovação do Comitê de Ética	47
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com coordenadora da EJA Rio Vermelho – 2020	53
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com coordenador da EJA de Florianópolis – 2020	55

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso se apresenta a partir da crise sanitária causada pelo vírus Sars-Cov-2 (Covid-19), somado à crise estrutural do sistema capitalista. No cerne desse cenário hostil está a classe trabalhadora em busca de sua reprodução social, numa condição bastante limitada, tendo em vista a dificuldade de subsistência em meio à crise. Tendo isso em vista, a primeira questão a ser discutida refere-se às condições de vida na qual se encontra a classe trabalhadora. Posterior, mas não menos importante, o direito e acesso da classe trabalhadora à educação em caráter remoto deve tomar nossa atenção.

Iniciamos questionando o papel social da escola, em especial, no contexto da pandemia da Covid-19, sobretudo no que diz respeito à educação da classe trabalhadora. A escola atual, contextualizada num período neoliberal, a partir de fortes investidas e desmontes causados pelo Estado-capital, vem assumindo as demandas da sociedade capitalista na busca da formação do excedente da força de trabalho (pelo menos o que se configura enquanto ideal mercadológico, não enquanto papel social formativo que deve, ou deveria, assumir). O que, por sua vez, objetiva uma formação flexível que seja rapidamente maleável e ajustável a quaisquer condições impostas pelo mercado de trabalho, e é nesse contexto que se encontram as problemáticas referentes à formação da classe trabalhadora, que se somam às crises supracitadas.

Enquanto a escola, em tese, não dá conta das demandas de escolarização, ou até mesmo expulsa parte daqueles que deveriam frequentá-la, a EJA se apresenta como uma alternativa por meio do ensino supletivo para atender as demandas daqueles em busca de escolarização, muitas vezes pelas demandas do mercado de trabalho. Deriva daí a concepção reparadora da EJA enquanto uma modalidade secundária e marginalizada, entendida como “reposição de escolaridade, na lógica do ensino supletivo, ou como o aligeiramento da prática pedagógica, na lógica da certificação” (ALMEIDA, 2016, p. 143).

Tratando-se de uma modalidade de ensino reparadora, a EJA atende, majoritariamente, estudantes pertencentes à classe trabalhadora, os quais tiveram seu direito à educação negligenciado naquilo que é chamado “idade certa”. Entretanto, o que deveria se configurar enquanto uma possibilidade de escolarização a partir de metodologias apropriadas de ensino, acaba por se tornar, por vezes, uma ferramenta de exploração do capital, que usa desta para afastar esses sujeitos de uma educação crítica, mas puramente voltada à instrução e formação flexível.

Diante disso, a partir do que já se configurava enquanto um campo educacional desprivilegiado e precarizado, é preciso atentar para como essa modalidade de ensino enfrentou os impactos causados pela pandemia da Covid-19. Sobretudo em como a reprodução da classe trabalhadora esteve fragilizada e retirada das condições favoráveis ao seu direito de acesso à educação. Mais especificamente acerca dos trabalhadores que frequentam a EJA do município de Florianópolis/SC, cujos fatores sociais demarcam condições precarizadas de reprodução social. Isso porque, Florianópolis é palco daquilo que é mais presente numa sociedade de classes: burguesia e proletariado com perspectivas e realidades de vida muito distintas do que é viver num município atrativo de tantos turistas. Nesse cenário antagônico, a classe trabalhadora luta por sua subsistência e pela busca de condições melhores de vida, vislumbradas, em parte, por meio do acesso à escolarização.

É nesse contexto de negligências, sobretudo no cenário da pandemia, que as problemáticas dessa pesquisa se fazem necessárias e urgentes. Isso posto, tendo em vista que a realidade do cenário da pandemia da Covid-19 provoca inúmeros problemas na vida social, particularmente referente à educação, as quais repercutem com marcadores sociais diferentes, exacerbando desigualdades já existentes, devemos partir então da seguinte questão: quais as repercussões da pandemia da Covid-19 na escolarização da classe trabalhadora, em particular, nos estudantes da Educação de Jovens e Adultos do município de Florianópolis/SC?

Objetiva-se, por meio desta pesquisa, compreender os impactos da pandemia do novo coronavírus sobre a classe trabalhadora, particularmente os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, do município de Florianópolis-SC. Com isso, temos os seguintes objetivos específicos: 1) Analisar a crise sanitária associada com a crise do capital e as consequências sobre a classe trabalhadora. 2) Estudar os impactos da pandemia nos estudantes matriculados na EJA do município de Florianópolis/SC, no que se refere à evasão e condições de estudo.

Para perseguir os objetivos acima apresentados, a metodologia da pesquisa parte do materialismo histórico-dialético, visando compreender a realidade na sua historicidade, dinâmica e contradições. A pesquisa foi realizada por meio de aporte teórico, particularmente, os estudos sobre crise sanitária e crise do capital, classe trabalhadora e educação da classe trabalhadora. Em termos empíricos, foram analisados dados de matrículas dos estudantes da EJA do município de Florianópolis no período de 2018 a 2020 e de entrevistas com coordenadores (geral e de núcleos), coletadas a partir do projeto de pesquisa *Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores*, coordenado pela Profª. Dra. Célia Regina Vendramini (2021)¹. Os dados documentais foram obtidos, no geral, a partir de levantamentos feitos pelo grupo de pesquisa supracitado, além de documentos e projetos pedagógicos da prefeitura municipal de Florianópolis.

Os dados de matrícula foram extraídos e disponibilizados pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Após a coleta, eles foram inseridos em planilhas para posterior extração de gráficos e análises. Quanto às entrevistas, elas foram realizadas com o coordenador geral da EJA à época e com a coordenadora do Núcleo Rio Vermelho, de modo remoto, visto que encontrávamos em período de grande contágio do novo coronavírus. O roteiro das entrevistas encontra-se no Apêndice B.

A pesquisa está organizada em três capítulos centrais para a compreensão e discussão da temática apresentada. O primeiro capítulo - *Crise sanitária, crise do capital e a classe trabalhadora*, discute as implicações que as crises causam à classe trabalhadora. Trata-se de um recorte contextual do cenário de foco desta pesquisa, a pandemia da Covid-19, a fim de evidenciar que as implicações das crises podem ser suscetíveis a um projeto de desmonte da educação para a classe trabalhadora.

O segundo capítulo - *A precarização da educação e suas consequências para a classe trabalhadora*, por sua vez, busca evidenciar a existência de dois projetos de educação voltada à classe trabalhadora que coabitam: uma perspectiva de educação *da* classe e outra *para* a classe trabalhadora. Além disso, o capítulo destaca as tentativas de desmonte da EJA, sobretudo referente às problemáticas causadas pela implementação do ensino remoto. A partir

¹ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, conforme comprovante apresentado no Apêndice A.

disso, o terceiro e último capítulo - *A pandemia e a educação da classe trabalhadora: a EJA de Florianópolis*, evidencia as particularidades da EJA do município, assim como os marcadores sociais dos sujeitos que essa modalidade atende, além de tecer reflexões acerca das condições e implicações do contexto pandêmico na vida e na escolarização dos estudantes trabalhadores.

2. CRISE SANITÁRIA, CRISE DO CAPITAL E A CLASSE TRABALHADORA

O que, de início, parecia ser uma crise isolada de saúde em alguns países, tomou proporção mundial. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação comunitária de um vírus ainda pouco conhecido, colocando o mundo em situação de pandemia (BRASIL, 2020).

Os primeiros registros de pessoas infectadas pelo vírus da Covid-19, SARS-COV-2, aconteceram no final de 2019, na cidade de Wuhan, China. A partir daí, o novo vírus se espalhou rapidamente pelos demais continentes, trazendo uma terrível onda de mortes e outros problemas de saúde pública causados pela transmissão comunitária de carga viral, causadora de infecção respiratória gravíssima. Diante disso, países de todo o mundo tiveram que seguir medidas básicas como distanciamento social e o uso de máscaras. Como medida de prevenção e plano de contingência, muitos países, inclusive o Brasil (mesmo que por apenas 15 dias), decretaram *Lockdown* (bloqueio total/confinamento), isto é, grande parte das atividades, exceto as de saúde e alimentação, foram suspensas (OLIVEIRA; LISBÔA; SANTIAGO, 2020).

As negligências do governo federal com a pandemia tiveram graves consequências para a população brasileira². Isso porque, além da ineficácia com relação ao controle de contágio, mesmo que em julho de 2020 já houvesse vacinas contra o vírus e propostas de venda para o Brasil, o governo foi relutante com relação às compras. Devido a isso, a campanha de vacinação no país começou apenas em 17 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021). Por consequência disso, já em novembro de 2022, foram registradas mais de 680 mil mortes por covid-19 (BRASIL, 2022). Esse dado é de extrema importância para entender o papel fundamental de políticas públicas, sobretudo no combate ao vírus. Por mais que tenha existido negligência por parte do governo, o SUS - Sistema Único de Saúde exerceu um trabalho muito importante no enfrentamento à Covid-19, destacando a necessidade de sua defesa enquanto política pública essencial à classe trabalhadora.

² Por mais que sua efetivação se mostre extremamente severa à subsistência da classe trabalhadora, as medidas de distanciamento apresentavam grande poder de combate ao vírus, o que não foi utilizado como medida preventiva por parte do governo federal, como pode ser observado pela notícia divulgada pelo portal *online* Agência Senado (2021). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/04/falta-de-normas-claras-e-de-aco-es-coorde-nadas-para-distanciamento-social-prejudica-combate-a-covid>

O cenário de pandemia sempre prevê perdas, sejam de vidas ou decorrentes de questões econômicas. Entretanto, mesmo havendo perdas, uma parcela de pessoas ligadas diretamente a empresas/conglomerados, lucrou com a crise³. Essa perspectiva serve para entender um pouco como o sistema capitalista se alimenta positivamente da pandemia, das crises em geral, inclusive das guerras. Enquanto uma das maiores crises sanitárias acontece, serviços de internet, indústrias alimentícias, indústrias farmacêuticas, empresas de entrega em domicílio, empresas de prestação de serviços de cuidadores, entre muitos outros, aumentam cada vez mais seus lucros, considerando as necessidades apresentadas em contexto de pandemia. Demonstrando que, por mais que o sistema capitalista também seja afetado pela pandemia, seu *modus operandi* vai ao encontro de novas formas de exploração da classe trabalhadora e novos meios de lucro. Nesse caso, especificamente, enquanto uma população inteira luta pelo direito à vida, do outro lado, há o patenteamento privado de vacinas contra a Covid-19.

Com efeito, as crises são inerentes ao capitalismo. Mas as crises com as quais o capitalismo convive são crises parciais, conjunturais, relativas a determinados aspectos que podem ser controlados, sem chegar a colocar em questão a totalidade da forma social capitalista. Tais crises configuram momentos de aguçamento das contradições que movem o próprio desenvolvimento capitalista e que, ao afetar, ainda que severamente, aspectos determinados do conjunto, não chegam a ameaçar sua sobrevivência, pois o sistema dispõe de mecanismos que lhe permite deslocar as contradições contornando a crise e prosseguindo em sua marcha. (SAVIANI, 2020, p.2).

A crise do capital atende a uma obsolescência programática (SAVIANI, 2020), onde os efeitos que levam à destruição podem ser os mesmos a levarem à reconstrução, a partir das relações sociais reproduzidas, de modo geral, pelo capital. Isto é, a exemplo da crise sanitária, por mais que, em hipótese, tenha sido desencadeada pelo crescimento populacional acelerado, devastação ambiental e precarização da vida social causado pelo capital, é esse mesmo sistema que buscará, de modo geral, as condições necessárias para a superação da crise, ainda que as soluções sejam cada vez menos perenes. Ou seja, o capital sofre impacto pela crise,

³ Segundo uma matéria do portal online OXFAM Brasil (2022), a crise causada pela “pandemia ajudou a criar 40 novos bilionários na indústria farmacêutica. Empresas como Moderna e Pfizer estão lucrando US\$ 1.000 a cada segundo graças ao monopólio que têm sobre as vacinas de Covid-19”. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/lucrando-com-a-dor-novo-relatorio-mostra-como-bilionarios-lucram-durante-a-pandemia-as-custas-de-milhoes/#:~:text=Setores%20que%20mais%20lucram%3A%20energia,US%24%202.600%20a%20cada%20segundo>.

porém, se reestrutura a partir da patenteação de vacinas, venda de produtos tecnológicos, “apoios” financeiros, etc.

Para que haja elementos necessários à manutenção do capital, mesmo após a crise, é necessário que uma parcela da população (nesse caso, trabalhadores em condições insalubres) siga trabalhando “normalmente”, sujeitando-se a doenças, mortes ou sequelas que podem demorar anos para que sejam revertidas, caso sejam. De fato, os impactos da pandemia se mostram mais severos quando transversalizados a questões de classe e, consecutivamente, raça/etnia, origem e gênero. Pesquisas feitas pelo IBGE em 2018 demonstram que 75% das pessoas em extrema pobreza são autodeclaradas pardas ou negras (ESTRELA et al, 2020, p. 3434), revelando que pessoas negras são mais afetadas pelas desigualdades sociais. O que, por sua vez, torna esses sujeitos os mais vulneráveis à pandemia.

No que se refere à educação, a orientação do Ministério da Educação (MEC), a partir da Portaria nº 343 em 17 de março de 2020 e, também, do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) era de que todos os níveis e sistemas de educação tivessem que tomar medidas restritivas, podendo apenas seguir com atividades em esfera virtual (BRASIL, 2020). Tal encaminhamento se estendeu até o fim deste mesmo ano, por meio de medidas em âmbito nacional, estadual e municipal.

Como estratégia imediata, que visava seguir o calendário escolar letivo de 2020, foi adotado o modelo de ensino remoto. Mas se tratando de um país que tem sua história marcada por uma educação desigual e precária numa sociedade com profundas desigualdades sociais, esse modelo virtual de ensino escancara os problemas já existentes em termos de condições das escolas, condições de estudo e condições de trabalho dos docentes.

A crise sanitária causada pela pandemia evidenciou e agravou a situação em que se encontrava a população em geral, particularmente a brasileira, em termos de acesso à saúde, alimentação, saneamento, educação, bem como às condições e relações de trabalho. Os direitos fundamentais, conquistados historicamente, vão sendo negados e gerando novas formas de precarização na reprodução da vida da classe trabalhadora, incluindo o direito e o acesso à educação.

É importante considerar as fragilidades e desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário decorrente da pandemia em nosso país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrícula relacionados a fatores socioeconômicos e étnico-raciais. Também,

como parte desta desigualdade estrutural, cabe registrar as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias (BRASIL, 2020).

Referente ao contexto pandêmico, para que se tivesse a garantia ao direito à educação seriam necessários mecanismos que pudessem garantir acesso ao meio digital, uma vez que esse é apresentado como a estratégia mais viável de minimizar os impactos e calendários letivos. Entretanto, mesmo que essa estratégia funcione, a curto ou longo prazo, para aqueles que possuem ferramentas necessárias, este cenário acaba por segregar ainda mais o acesso à educação aos vulneráveis economicamente. Segundo dados do IBGE, em 2019 4,1 milhões de estudantes da rede pública de ensino não tinham acesso à internet em casa. Além da falta de equipamentos eletrônicos e acesso à internet, questões de saúde física e emocional afetam diretamente estudante e professores, tendo em vista uma educação remota que possui caráter emergencial (Idem), onde as condições de subsistência já estão colocadas como uma barreira a ser superada.

Considerando que a crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus é uma expressão da crise estrutural do modo de produção capitalista (Davis, 2020), duas posições entrelaçam as análises apresentadas [...] A primeira refere-se ao entendimento de que a forma remota adotada para a realização dos processos de ensino e de aprendizagem nas escolas públicas foi uma das escolhas possíveis para o enfrentamento social dos desdobramentos da pandemia em relação à formação de crianças e jovens em idade escolar, e não uma decorrência direta e "natural" da pandemia. A segunda posição remete à compreensão de que o "ensino remoto", em nossa sociedade, mediada objetivamente por um projeto neoliberal de educação (Freitas, 2012: 2014), intensifica uma lógica específica de estruturação do trabalho pedagógico, pautada em uma tendência a generalizar a automatização do trabalho docente, simplificando os processos de ensino e de aprendizagem e precarizando as condições de trabalho do professor [...] (NASCIMENTO, 2021, p.3).

Efetivamente, uma educação a distância não apresenta condições concretas de possibilitar um ensino pleno e que garanta que todos os estudantes estejam engajados. Além das adversidades entre os estudantes, muitos professores enfrentam dificuldades perante o ensino remoto. Exigiu-se deles a adaptação e a conseqüente conformação a reuniões e planejamentos virtuais, além de reformular sua prática docente, que agora precisa se enquadrar em limites postos por dispositivos online, tendo que custear os meios para seguir com seu trabalho.

O ensino emergencial à distância não tem capacidade para fornecer os mesmos resultados da aprendizagem presencial, mas poderá diminuir os prejuízos causados pela suspensão das aulas. Provavelmente, a perda de desempenho será maior entre estudantes de baixa renda, pois além da deficiência de acesso às tecnologias tendem a sofrerem mais os impactos emocionais da crise financeira causada pela pandemia, bem como são menos propensos a ter em casa um ambiente de aprendizado adequado, como espaço silencioso, dispositivos que não precisam compartilhar, internet com boa velocidade e auxílio dos pais. (CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 42).

Para além do acesso à internet, que por sua vez é o meio de ingresso ao ensino remoto, os estudantes da rede pública de educação, principalmente os que já estão inseridos no mercado de trabalho, sofrem pelos impactos financeiros, já que muitos perderam seus trabalhos, ou se encontravam em situações insalubres e de alta exposição ao vírus, afetando também outros membros de uma mesma família, que por sua vez perderam sua fonte de renda devido aos impactos econômicos da pandemia. Somado a isso, há agravantes no que diz respeito a doenças psicológicas, acesso à moradia e alimentação. Isso posto, é necessário uma maior atenção aos impactos da pandemia sobre a classe trabalhadora, não apenas no que se refere ao acesso à educação, mas à própria manutenção da vida.

Em suma, os mais prejudicados durante a pandemia são aqueles marginalizados há muito tempo, tendo em vista uma sociedade de classes estruturada a partir de relações desiguais. “A pandemia ocasionada por conta da COVID-19 tem marca de classe, etnia e raça. As condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora imigrante torna-a vulnerável ao contágio do vírus” (VENDRAMINI; CONDE, 2020). Isso se mostra muito mais evidente pelo fato de que, durante a pandemia, o Brasil voltou ao mapa da fome.

Nesta conjuntura, a volta ao mapa da fome, o aumento da pobreza e da extrema pobreza, o desemprego crescente, o desequilíbrio e a devastação ambiental, os milhares de mortos na pandemia, são apenas o fruto de uma forma de organização social que não se mostra compelida, sequer comovida, com a miséria por ela mesma causada. Uma vez que trata grande parte da população como supérflua para seus objetivos, a manutenção e a reprodução social destes trabalhadores parece não lhe importar. (SILVA, 2022, p. 53)

Levando em conta que, durante a pandemia, as desigualdades sociais tomaram proporções ainda maiores do que as existentes, esse cenário também se intensificou com relação à educação, a partir de maiores tentativas de desmonte da educação pública. Tal desmonte configura-se há muito tempo enquanto prática do capital, por meio de políticas que

cortam recursos destinados à educação e à pesquisa científica como um todo (SAVIANI, 2020) e mais do que nunca se intensificaram durante a pandemia.

Em se tratando de um sistema hegemônico capitalista, a escola assume um papel de reprodução social que visa promover os meios essenciais voltados à manutenção do capital. A educação, enquanto projeto do capitalismo, funciona de maneira conveniente aos ideais mercadológicos, formando a partir do princípio educativo do trabalho (idem), limitando às possibilidades de uma educação comprometida com a formação crítica dos estudantes. Daí o papel social da EJA, que se apresenta enquanto uma possibilidade de (re)inserir esses sujeitos aos espaços de educação, no que diz respeito ao caráter reparador dessa modalidade de ensino. Todavia, para que a teoria não seja descolada da prática, é necessário um crescente movimento em defesa da EJA e de melhores condições de educação para a classe trabalhadora.

No contexto da pandemia, a busca da classe trabalhadora por uma formação escolar enfrenta outros empecilhos, que vão além da conciliação entre trabalho, sobrevivência e estudos. O trabalho, aqui descrito, não se trata do trabalho enquanto reprodução social favorável à classe trabalhadora, mas sim do trabalho enquanto exploração, fruto do processo histórico de expropriação que separa o trabalhador dos meios para produzir sua existência. Sendo assim, as próprias relações e condições de trabalho, em específico a jornada de trabalho e o salário, já delimitam o tempo que esses sujeitos podem se dedicar a atividades que não estejam relacionadas à valorização do capital.

Isso posto, num cenário pandêmico, a chance de busca da classe trabalhadora por educação é reduzida drasticamente, não se trata de uma “escolha” por conciliar a vida com a possibilidade de estudos. Tendo em vista a alta na taxa de desemprego, 14,6% em setembro de 2021, no Brasil (SILVA, 2022), qualquer preocupação, que não a subsistência, se torna secundária. “Como essa população não tinha outra alternativa de renda, viu-se forçada a arriscar expor-se ao vírus ou morrer de inanição” (Idem, p. 39). E como consequência do próprio desemprego, a aceitação do mercado de trabalho informal vem sendo cada vez mais crescente, caracterizado pela precariedade, ausência de direitos trabalhistas, instabilidade e insegurança.

Os trabalhadores informais somavam em fevereiro de 2020 um contingente de 38 milhões de pessoas. Segundo a metodologia do IBGE, estes são compostos por: trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores domésticos sem carteira, empregadores sem o Cadastro

Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), por conta própria sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares; todos sem acesso à legislação de proteção ao trabalho. (SILVA, 2022, p. 38).

Diante disso, se aprofunda um projeto de desmonte da educação já existente, em que o capital busca formar força de trabalho com o mínimo de instrução e qualificação e carência de direitos trabalhistas, suficiente apenas para garantir sua reprodução. Desse modo, a EJA perde seu caráter equalizador, compreendida como uma modalidade da educação básica, voltada para aqueles que tiveram negado o direito e acesso à educação em idade própria (SARTORI, 2010), servindo apenas para subsidiar as demandas mínimas de formação voltada a instruções, comportamentos e habilidades exigidas pelo capital.

Isso posto, torna-se necessário o debate acerca das condições de educação da classe trabalhadora, considerando que, na sociedade capitalista, existem projetos de educação distintos, voltados para classes antagônicas.

3. A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA

Historicamente, mesmo antes da pandemia da Covid-19, a escolarização da classe trabalhadora enfrenta diversos problemas referentes ao acesso e à permanência na escola, em função do trabalho precoce, falta de estrutura física e de profissionais voltada ao atendimento de estudantes de baixa-renda, crescente fechamento do ensino noturno, ausência de vagas nos bairros onde vivem os estudantes mais empobrecidos, contrarreformas que afetam o caráter público das escolas, etc. Tal situação impõe a necessidade da exigência de condições para a educação da classe trabalhadora, que não seja meramente compensatória (para aqueles que não concluíram os estudos na “idade certa”), mas que transponha os limites de uma educação mercantilizada, voltada à acumulação flexível do capital, a qual pressupõe exigências de uma educação também flexível.

A perspectiva de uma pedagogia flexível é concebida pela tentativa de se inovar os meios educacionais de modo a sustentar um mercado de trabalho que exige trabalhadores mais produtivos e flexíveis, maleáveis a um mercado cada vez mais competitivo (KUENZER, 2016). Evidencia-se o caráter ideológico pós-moderno dessa concepção pedagógica fundamentada pelo desenvolvimento de competências e habilidades, voltadas à adaptação do estudante para um mercado de trabalho cada vez mais precarizado e desprovido de direitos. A constituição de uma população relativamente supérflua, nos termos de Marx, transforma a classe trabalhadora numa classe totalmente disponível às necessidades do capital, a qual por vezes é requerida, outras vezes é dispensada ou levada a processos migratórios em busca de condições mais dignas de vida (VENDRAMINI, 2020). Levando-os, em outras circunstâncias, a tentativas de serem “empreendedores” de si mesmos, já que, em tese, na educação flexibilizada dos tempos atuais, o estudante é levado ao “protagonismo” do seu processo de aprendizagem.

A forma de participação do aluno nessa proposta muda bastante: de espectador, passa a ser sujeito de sua própria aprendizagem, o que exigirá dele iniciativa, autonomia, disciplina e comprometimento. Nas modalidades de aprendizagem flexível disponibilizadas, ele fará seu próprio horário de estudo, estabelecerá as condições e o ritmo em que irá estudar, segundo seu perfil e suas possibilidades. Em tese, ao gerenciar seus tempos e espaços, aprenderia a aprender, sozinho ou

em colaboração, o que conduziria a um melhor aproveitamento. (KUENZER, 2016, p. 2)

Nesse sentido, o processo pedagógico se afasta da importância e necessidade da teoria como suporte nos processos de ensino e aprendizagem, reduzindo a metodologias puramente pragmáticas. “Sem a mediação da teoria, e sem referência à materialidade, o conhecimento resulta da reflexão prática sobre a prática, sem que se supere o senso comum ou o conhecimento tácito, resultante da negação da teoria” (KUENZER, 2016, p. 9).

Diante disso, o que se tem muito evidente, numa sociedade capitalista, é que o conceito de educação, as perspectivas pedagógicas e as formas de acesso podem ser estabelecidas de maneiras diferentes, conforme os ideais ou necessidades de determinados grupos sociais. Os interesses do capital na educação não são, nem mesmo poderiam ser, os mesmos interesses que a classe trabalhadora busca quando reivindica sua formação.

[...] o Estado capitalista responde a pressões dos dominados, que procuram – e precisam, até mesmo desesperadamente – vender força de trabalho. Isso provoca novas tensões, mesmo quando não são imediatamente contra-hegemônicas: muitas vezes a educação/formação para o mercado não se coaduna com as expectativas dos educandos, muitas vezes infladas pela própria propaganda levada a efeito pelos setores dominantes. (FONTES, 2016, p.16).

A partir destas questões iniciais, abordaremos neste capítulo a Educação de Jovens e Adultos diante da histórica e atual dualidade do sistema de ensino brasileiro e da crescente precarização, acentuada com o uso do ensino remoto durante a pandemia da Covid-19.

3.1 EDUCAÇÃO DA E PARA A CLASSE TRABALHADORA

Considerada uma modalidade de ensino a partir da Lei 9.394/96, aprovada em 20 de dezembro de 1996 (SARTORI; LAFFIN, 2010, p.84), a EJA torna-se um direito subjetivo para aqueles que necessitam dela para a conclusão de sua escolaridade. Sua função social pode ser reparadora e/ou equalizadora (idem). A primeira reconhece que foram negados a esses sujeitos uma educação que lhes permita o acesso a uma gama de saberes que os constituem enquanto sujeitos pertencentes à uma cultura baseada em conhecimentos que determinam as relações contemporâneas, sobretudo acerca das condições de trabalho. Já a segunda, por sua vez, diz respeito à inserção e permanência dessas pessoas nos espaços

educativos, bem como inseri-las no mundo de trabalho a partir de novas oportunidades e olhares antes negligenciados.

Por mais que desvincular a teoria da prática seja um grave erro, pode-se observar que, em tese, exercer o papel social da EJA, citado acima, é uma tarefa bastante árdua. Tendo em vista que essa modalidade de ensino, mesmo antes de ser considerada assim pela Lei 9.394/96, já vinha sofrendo investidas do capital na busca pelo controle de uma educação para a classe trabalhadora. Os anos de 1942 e 1946 (dentro do período do chamado Estado Novo, o qual significou um regime ditatorial) são marcados por decretos-leis que instauram na educação um viés tecnicista (SARTORI; LAFFIN, 2010), a partir de organizações empresariais privadas como o Senai e Senac, de modo a acompanhar o crescimento industrial brasileiro. Vale ressaltar que, a partir desse momento, tornou-se bastante evidente as estratégias de educação voltadas para a manutenção do mercado de trabalho, que rompe com a perspectiva de educação fundamentada em um saber sistemático, firmada na oferta de uma educação crítica para a classe trabalhadora. Mas é nos anos 1960, a partir do golpe militar empresarial em 1964, que se instaura definitivamente a educação tecnicista no Brasil, visando preparar mão de obra para a indústria associada à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar, com ordem e segurança (KUENZER, 1982).

Diante desse contexto, torna-se mais simples a tarefa de entender que a EJA assume a função de reparar, ou tentar, o cenário de marginalização da classe trabalhadora no acesso à educação, um direito básico e de extrema importância. Todavia, os problemas levantados a essa modalidade, desde sua constituição, que deveriam tender a medidas que os resolvessem, na verdade vem gerando novas problemáticas com o passar do tempo. Isso porque, a partir dos diversos mecanismos de expulsão dos estudantes da escola regular, a EJA flexibilizou a idade de ingresso para 15 anos. Sendo assim, de certo modo, essa modalidade acaba se afastando, em alguma medida, do seu caráter reparador que teria como objetivo “assegurar a oferta adequada, específica a este contingente, que não teve acesso à escolarização no momento da escolaridade universal obrigatória, via oportunidades educacionais apropriadas” (SARTORI, 2010, p.86-87).

Esses elementos ajudam a compreender que a conciliação entre trabalho e estudos, quando não afasta os jovens da possibilidade de escolarização, se torna uma barreira, levando em consideração jornadas de trabalho extensas, além de questões de insalubridade no cenário

pandêmico. Evidenciado que, por mais que o mercado de trabalho busque força de trabalho qualificada, esse mesmo mercado é quem afasta a classe trabalhadora das condições necessárias para a possibilidade da conclusão dos estudos. Ou, em último caso, há a oferta e possibilidade de educação, mas em condições precarizadas, configurando-se um ensino que afasta os trabalhadores de uma formação integral.

Em geral, frequentam a EJA jovens e adultos historicamente excluídos, seja pela impossibilidade de acesso à escola seja pela não continuidade do ensino regular ou supletivo. A prioridade à educação de crianças e adolescentes, porém, tem direcionado uma política de marginalização das ações para EJA que, cada vez mais, ocupam lugar secundário no interior das políticas educacionais. (ALMEIDA, 2016, p.132)

Nesse sentido, a educação que é destinada à classe trabalhadora é perpassada por investidas do capital nas brechas que o sistema de ensino público possibilita quando é omissor de suas responsabilidades com a educação da classe trabalhadora, tendo em vista o lugar marginalizado no qual essa modalidade de ensino é colocada.

Para além disso, é preciso enfatizar a existência de um sistema educacional onde coabitam projetos formativos distintos de educação, levando em conta a existência de escolas específicas para a classe trabalhadora e para a elite. Não se trata apenas de um *apartheid* educacional divisor de classes, mas de mecanismos e concepções pedagógicas que afastam, mais ainda, esses dois públicos. Enquanto a classe trabalhadora recebe uma educação precarizada, incipiente, irregular e insuficiente, as classes mais altas da sociedade têm acesso a escolas com melhor estrutura, com maior acervo cultural-intelectual e com a possibilidade de um percurso escolar contínuo. Tal dualidade expressa a divisão social do trabalho, em que a classe dominante, uma minoria, está no controle dos meios de produção e de dominação bem como da ciência, da tecnologia e da educação, enquanto a classe trabalhadora continua servindo às exigências flexíveis do trabalho, particularmente o trabalho simples, o qual exige pouca escolarização, conhecimentos e qualificação.

À dualidade estrutural da educação, acrescenta-se a diferença entre educação *da* e *para* a classe trabalhadora. Nesse sentido, pensar a educação *da* classe operária pressupõe uma ruptura da visão de EJA enquanto uma modalidade de ensino puramente supletiva e de rápida certificação. Mas que seja capaz de fomentar um projeto de educação crítico-social,

que possibilita que esses sujeitos possam se perceber nas relações sociais enquanto pertencentes a uma classe historicamente dominada e explorada.

Para a formação da classe, não se trata de adequar para o mercado, nem de formar habilidades, competências ou capacidades específicas para trabalhos previamente determinados. Aqui se trata de uma verdadeira filosofia da existência social, de uma efetiva socialização da capacidade crítica, do enfrentamento às condições de produção da desigualdade social. (FONTES, 2016, p.22).

Por outro lado, a educação que se tem como projeto, e já bastante consolidada, *para* a classe trabalhadora diz respeito a uma perspectiva que afasta os estudantes do seu próprio processo de se constituírem em sujeitos críticos. Trata-se de uma educação mercantilizada, orientada pelo empresariado, que ganha cada vez mais espaço na educação, cuja finalidade primeira é a formação de mão-de-obra barata e, ao mesmo tempo, flexível às necessidades do mercado de trabalho, além de resiliente.

Nesse sentido, o que se pode tomar como enfrentamento a essa ideologia de educação é a busca por um projeto que reafirme a consciência de classe, onde a classe trabalhadora possa tomar partido de sua própria educação, enquanto sujeitos que percebam sua importância e força social.

Para além disso, é preciso fomentar a importância da educação para todos, a partir de um direito que seja, de fato, assegurado. Isso porque, por mais que se façam críticas e debates necessários à EJA, ela segue sendo necessária diante do ainda alto índice de analfabetismo no país.

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). [...] em 2019, 46,6% da população de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 27,4% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 17,4%, o superior completo. (IBGE, 2020).

A partir de dados como esse, fica mais do que evidente a importância social que a EJA possui no Brasil. Num país onde Paulo Freire é Patrono da Educação, o qual defendia que a educação, mais do que necessária, precisa ser libertadora, caso contrário, perde-se toda a esperança de uma sociedade melhor e justa, aceitar 11 milhões de brasileiros analfabetos é

mais do que triste e inaceitável. É reflexo de um constante movimento de ataques e desmontes voltados à educação, sobretudo para a classe trabalhadora.

3.2 A EJA FRENTE AOS DESMONTES DA EDUCAÇÃO

A EJA vem passando por um silencioso processo de desmonte, com: a redução contínua de matrículas no ensino fundamental e médio; o progressivo fechamento de turnos, turmas e escolas que ofertam a modalidade presencial pública; a redução significativa de recursos públicos destinados a EJA; a ampliação do formato EAD; a flexibilização no atendimento que oficializa a precarização da oferta e a ampliação da Certificação. (RUMMERT; VENTURA, 2021 p. 9-10).

No cenário pandêmico, onde o Brasil é marcado por um governo de extrema direita, os impactos sociais se mostram severos. Principalmente a partir de fortes investidas do capital na educação, somado aos ataques que esse setor sofreu durante o período de pandemia, por meio de diversos cortes orçamentários e negligência no combate ao novo coronavírus. Entretanto, é preciso, também, evidenciar que já estava em curso, desde 2016, a Emenda Constitucional (EC) 95 que limita, em um período de 20 anos, os gastos voltados às políticas públicas (SALVADOR; 2020; p. 02), sobretudo para a saúde e educação. Frente a isso, o período pré-pandemia já estava sendo marcado por investidas de desmontes da educação, com o crescente fechamento de turmas, não realização de concursos públicos para professores e diminuição de verbas da EJA.

Entre 2007 e 2019, foram fechadas 117 mil turmas noturnas na educação básica como um todo, queda de 40%. Na EJA ensino fundamental, foram 44 mil turmas noturnas fechadas, redução também de 40%. Na EJA ensino médio, houve uma expansão de 2 mil turmas, entre 2007 e 2016, sendo, contudo, essa ampliação praticamente anulada, entre 2016 e 2019, de tal forma que, no ciclo total, só foram criadas 186 turmas no período noturno em todo o Brasil. Na EJA integrada à formação profissional, entre 2007 e 2015, foram criadas 3,7 mil turmas noturnas, com uma queda para a metade do total, desde então. (PINTO, 2021, p. 10).

Tendo em vista que os estudantes da EJA são, na sua grande maioria, pertencentes à classe trabalhadora, o fechamento de turmas noturnas implica diretamente na impossibilidade desses estudantes frequentarem a escola, já que as jornadas de trabalho estão atreladas, geralmente, ao horário comercial mais comum (8h às 18h). Isso posto, a negligência e falta de

compromisso do setor público com as demandas de escolarização da classe trabalhadora acabam por abrir espaços para que o setor privado assuma vagas que deveriam ser ofertadas pelo setor público. Não por acaso, Pinto (2021, p.17) indica que entre 2007-2019 “a participação do setor privado cresceu 75% no período, em parte, com o recebimento de repasses de recursos públicos.”.

Já no contexto pandêmico, a partir dos dados obtidos no *Portal de Transparência* do Governo Federal, podemos averiguar o orçamento executado para a educação durante o período pré-pandemia e durante a pandemia (2018-2020). Os dados demonstram que, com exceção de 2021, os gastos executados pelo governo com o orçamento nos demais períodos da pandemia foi menor para a educação. Evidentemente, esses dados não são capazes de descrever o tamanho do impacto em cada nível de educação, principalmente com relação à EJA, na qual os “recursos federais destinados para a subfunção EJA saem de um patamar de R\$ 1,8 bilhões, empenhados em 2012, para míseros R\$ 8 milhões, em 2020, queda de 95,56%” (idem, p.01). Diante disto, o que se deve atentar é para como a educação da classe trabalhadora já vem sendo marginalizada por décadas. Ou seja, dentro de um orçamento para educação, aquilo que é destinado para a EJA pode ser comparado a migalhas.

Em um processo de redução da atividade econômica e consequente queda de recursos tributários, que afeta o País desde 2015, é fácil entender porque a EJA, a modalidade mais frágil de ensino, é a rubrica mais fácil de cortar gastos. Afinal, em sua maioria, suas turmas funcionam quase que ‘de favor’ no período noturno das escolas estaduais e municipais, seus professores são, em geral, os mesmos que atendem o chamado ensino “regular” e complementam, na EJA, sua jornada com vistas a melhorar a remuneração, sem uma identidade própria como modalidade e política pública. (PINTO, 2021, p. 11).

Além da questão de cortes orçamentários, outro agravante referente aos desmontes que a EJA enfrenta diz respeito à própria instauração do ensino remoto, o qual aparece como uma “solução rápida”, cujas problemáticas são neutralizadas pelo próprio teor emergencial pelo qual se configura neste contexto. Embora as tentativas de tornar o ensino público favoráveis ao modelo EAD (Ensino a Distância) já estão presentes há um longo tempo, já que desde 1966 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) reconhece a EAD como uma modalidade de ensino.

O ensino remoto foi apresentado, no primeiro ano de pandemia, como um modelo emergencial, cujo objetivo geral era “minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares” (BRASIL, 2020). Entretanto, não se tratava de um ensino que projetasse em seus objetivos a aprendizagem e desenvolvimento pleno dos estudantes. Pelo contrário, era fundamentado numa estratégia de manter o calendário letivo. E, para além disso, não se tinham formas efetivas de garantia do acesso a este ensino, afastando, mais ainda, aqueles já socialmente marginalizados.

Essa crise não se mostrou apenas negativa do ponto de vista social, mas gerou oportunidade de novas investidas do setor privado. O capital, mais uma vez, buscando a manutenção de suas relações firmadas em desigualdades, tende a usar a educação a distância emergencial como um parâmetro para novas práticas sucateadas de ensino. “Aprofunda-se, assim, a tendência à conversão da educação em mercadoria na esteira da privatização que implica, sempre, a busca da redução dos custos visando o aumento dos lucros” (SAVIANI, 2020, p.06). Além do mais, aquilo que foi apresentado como emergencial vem parcialmente se tornando permanente.

3.3 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO: O ENSINO REMOTO

Na esteira de investidas do capital em adentrar cada vez mais no setor público, o ensino remoto emergencial aparece como uma bela oportunidade. Tendo em vista que, com o pretexto de auxiliar no momento de crise, empresas privadas passaram a promover "incentivos" emergenciais ao setor público de educação. Como exemplo, há a parceria estabelecida entre a empresa *Google* com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) durante o ensino remoto, onde a mesma inclui seus serviços de tecnologia (*Drive, Google Meet, Youtube, etc*) denominado *G-Suite for Education*. Parceria na qual custou um montante de quase 1 milhão de reais. “A UFSC investiu R\$900 mil em equipamentos de armazenamento e segurança, para garantir a capacidade de atendimento pleno das necessidades para o ensino remoto” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2020). Além disso, a universidade estabelece, via parcerias privadas, programas de empréstimos de computadores e "auxílio internet” (idem). Por mais “essenciais” que possam parecer, esses vínculos podem ser extremamente nocivos para a própria autonomia das universidades.

Não obstante, as aberturas dadas ao setor privado não são, de fato, os únicos meios de o capital seguir com o desmonte da educação pública. Já que, a negação do direito e acesso à educação, seja ela em meio remoto ou não, colaboram diretamente para a manutenção do sistema capitalista, que se alimenta da exploração da classe trabalhadora. Isto é, aqueles que não tiveram, ou ainda não tem, condições necessárias aos estudos remotos, são os mais suscetíveis ao “fracasso” escolar. Sendo esses, mais tarde, levados a ocupar vagas insalubres de trabalho, principalmente no mercado informal, ou constituir o exército industrial de reserva, nos termos de Marx (2017).

Mesmo para aqueles que não tiveram o direito à educação negado, é preciso atentar para as condições na qual enfrentam os processos de ensino-aprendizagem durante o ensino remoto.

É importante reconhecermos que a realização da atividade de estudo em ambiente doméstico (por vezes, no meio de demandas de cuidados de crianças, idosos e tarefas da casa e trabalho) e com equipamentos, por vezes, inadequados para uma plena participação (sem acessórios básicos como microfones e câmeras, caixas de som, teclados, por exemplo), compõem um quadro que deveríamos reconhecer como precarização das condições de estudo (NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA PEDAGOGIA, 2020, p. 25).

Isso posto, seria ingênuo supor que esses sujeitos, submetidos a condições de vida precárias e até degradantes durante toda a sua vida, tivessem possibilidades adequadas de estudos. Tendo em vista que, além dos empecilhos envolvendo a falta de recursos tecnológicos, também existem questões de subsistência dentro do contexto pandêmico. Quer dizer, para a vasta maioria da classe trabalhadora, a certificação de seus estudos não ocupa mais espaço central em seus enfrentamentos sociais, mas sim a própria manutenção da vida e sobrevivência ao novo coronavírus. Nesse sentido, o que se configura é a passagem desses estudantes por um modelo de ensino (remoto) que não possibilita o ensino e a aprendizagem ou, num caso ainda mais grave, os leva a desistirem da escola. Uma "desistência" colocada como “opção” dos estudantes, mas que implica um processo de limitações que empurram esses sujeitos a esta decisão, deixando de ser uma mera escolha.

Para além disso, a relação professor-aluno, pelo ensino remoto, é defasada, delimitando o fazer docente na busca por metodologias pedagógicas específicas para atender as necessidades de aprendizagem para cada estudante. Tornando evidente um projeto de

educação que se utiliza desse modelo emergencial para ganhar impulso. Trata-se de um projeto que naturaliza a apropriação e reconversão do trabalho docente, restrito ao caráter flexível que pressupõe aulas mecanizadas (uma única aula gravada, sem interação entre professor e estudante) onde o aluno pode decidir quando e onde assistir, transferindo a responsabilidade ao sujeito. Para isso, há a necessidade de professores que atendam à flexibilidade do capital.

Daí o caráter flexível da força de trabalho; importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez (KUENZER, 2016, p.5).

Afastado de sua autonomia, o professor flexível desprende-se de ser um educador e passa a ser produto rentável ao capital, comparado a uma engrenagem de máquina que produz em larga escala (NASCIMENTO, 2021). O que, de certo modo, não pressupõe uma formação qualificada, já que sua ação pode ser facilmente substituída por plataformas de ensino. Nesse sentido, uma herança já bastante evidente da pandemia diz respeito à valorização da massificação e generalização do fazer docente.

Essa naturalização do "ensino" remoto expressa-se, por exemplo, na aceitação das tarefas assíncronas como equivalentes ao tempo de ensino. Esse fato parece se colocar atualmente, como um promissor embrião da automatização generalizada ou massificada do trabalho do professor, substituindo, até onde for possível, a atividade de ensino do professor, que passará a ser deslocada, especialmente, para as chamadas plataformas educacionais.” (idem, p. 14).

A disseminação de propostas de educação à distância possui como motim a defesa de que o ensino “tradicional” é rígido e conteudista, sem levar em conta as exigências dos estudantes por sua autonomia. Em outras palavras, há uma tentativa de menosprezar o domínio da teoria, já que nesse modelo de educação os estudantes não são levados a discussões críticas e atividades mais complexas. Pelo contrário, a educação se dá a partir de discussões via fóruns/chats, provocando uma aprendizagem rasa e fragmentada.

O ensino remoto, ideologizado como um mecanismo emergencial para atender as necessidades da população, nada mais fez do que evidenciar seu caráter puramente técnico, supostamente neutro, a fim de suprir um calendário escolar. Este não pode ser interpretado como uma solução a curto ou longo prazo, pelo contrário, deve ser combatido enquanto um modelo puramente técnico, fragmentado e individualista, que prioriza as necessidades de grupos empresariais necessários à manutenção do capital e à difusão de um ensino voltado para o desenvolvimento de certas habilidades e competências e não para a formação mais ampla.

Tendo em vista que o modelo emergencial de ensino remoto usado durante a pandemia visa a conformação e adaptação dos indivíduos ao meio social, o próximo capítulo buscará apreender a particularidade da EJA de Florianópolis e o público atendido, e quais as implicações do contexto pandêmico na vida e na escolarização dos estudantes.

4. A PANDEMIA E A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: A EJA DE FLORIANÓPOLIS

A situação de negação do direito à educação básica a milhões de brasileiros/as se amplia em face a novas ameaças que se somam aos históricos desafios de submissão da EJA às lógicas de exploração e expropriação subsumindo-a às imposições do mercado (RUMMERT; VENTURA, 2021 p. 9).

O contexto socioeconômico dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos no município de Florianópolis se aproxima do que foi apresentado até aqui referente aos estudantes em âmbito nacional, levando em consideração o papel social reparador dessa modalidade, enquanto (re)inserção da classe trabalhadora ao percurso escolar, o qual lhe foi negligenciado. Entretanto, é preciso tornar evidente alguns aspectos específicos das condições às quais esses sujeitos estão expostos numa cidade reconhecida como “ilha da magia”.

Para tal, faremos uma análise do Projeto Político-Pedagógico da EJA do município, além de dados quantitativos e qualitativos acerca de matrículas e perspectivas internas dessa modalidade, visando compreender a realidade dos sujeitos da EJA e as condições efetivas de educação para a classe trabalhadora de Florianópolis, sobretudo no que diz respeito às implicações da pandemia da Covid-19.

4.1 A EJA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

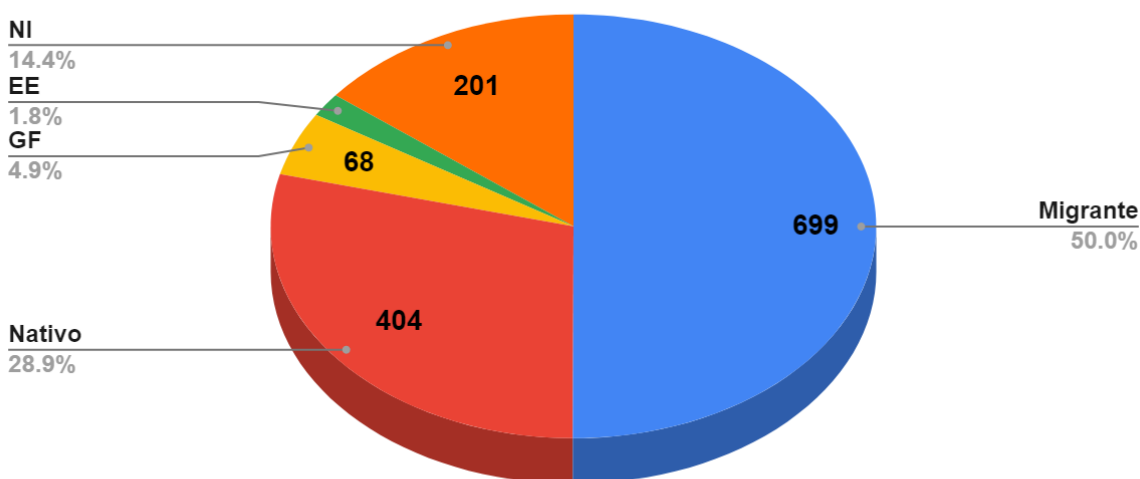
Em se tratando de uma cidade reconhecida pelas belezas naturais e pelo turismo, Florianópolis concentra condições sociais que põem em xeque sua idealização mágica. Colaborando com essa ideologia, propaga-se a ideia de uma cidade hospitaleira e com ótimas expectativas de bem-estar social. O que, por sua vez, justificam os altos índices de fluxo migratório. Em 2010, dos 421.240 habitantes de Florianópolis, 78.925 eram migrantes, cerca de 18% da população (VENDRAMINI, 2017). Todavia, o outro lado da moeda expõe as fragilidades sociais do município, em que se tem alto custo de vida, políticas sociais insuficientes e ausência de planejamento urbano para os que migram em busca de oportunidades melhores de vida. Uma evidência desta situação pode ser observada na procura por auxílio social conforme os dados do Cadastro Único de Florianópolis, dos 48.352 cadastrados no ano de 2020, 35.155 são migrantes de outros estados do Brasil, cerca de 72% dos cadastrados (VENDRAMINI, 2021). Ou seja, aqueles que chegam se deparam com condições de vida precarizadas e na contramão do propalado lugar mágico. Isso é reforçado

pelo depoimento de uma estudante da EJA de Florianópolis: “Aqui é bom para quem tem casa e dinheiro. Mas para quem não tem é complicado, tem que suar. O salário é melhor, mas você tem que arrumar dois empregos para você poder sobreviver.” (DALMAGRO *et al*, 2019, p. 299)

Não por acaso, “a Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis caracteriza-se pela alta presença de estudantes migrantes de diversas partes do país, que, em determinado momento da vida, interromperam sua trajetória escolar.” (NASCIMENTO, 2022, p. 45). Esse é um marcador social muito importante. Tendo em vista que esses sujeitos atendem às especificidades de uma sociedade capitalista que visa formar trabalhadores flexíveis que possam se adaptar conforme às movimentações do mercado de trabalho, seja formal ou informal. Segundo Vendramini (2020, p. 384), “os migrantes são maioria em todos os núcleos de EJA do município, totalizando 47% dos matriculados em 2018 e 50,6% em 2019”. Dados esses que se mantiveram em 2022, como pode ser analisado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Condição de Nascimento⁴ dos Estudantes da EJA em Florianópolis - 2022

Condição de Nascimento - Estudantes EJA Fpolis 2022



Fonte - Vendramini (2021)

Esses dados, além de refletirem os anseios da classe trabalhadora em busca de sua reprodução social, evidenciam a necessidade de que, na tentativa de ascensão social, esses

⁴ Leia-se: EE - Estado Extrangeiro; GF - Grande Florianópolis; NI - Não Informaram.

migrantes não estão apenas na busca por trabalho isoladamente, mas tendem ao desejo de conciliar este à sua escolarização e, conseqüentemente, possibilitar oportunidades e condições melhores no mercado de trabalho.

É importante destacar que, por ser uma cidade turística, Florianópolis concentra grande parte de seus empregos em caráter temporário, devido ao grande fluxo de turistas durante a temporada de verão. Diante disso, para os trabalhadores informais, essa época do ano é de extrema importância para sua subsistência. Nesse cenário, é de se esperar que as salas de aula da EJA, que são compostas majoritariamente por trabalhadores em caráter informal, sejam esvaziadas pela necessidade primeira desses estudantes: a busca por condições melhores ou, de modo geral, por necessidades básicas de alimentação e moradia. Entender esse contexto, antes de mais nada, é essencial para podermos analisar com maior propriedade a configuração da EJA do município.

De modo geral, não nos cabe nesse momento uma análise aprofundada acerca do Projeto Político-Pedagógico da prefeitura de Florianópolis para a EJA. Mas é preciso evidenciar alguns elementos, para que seja possível tecer reflexões acerca das condições objetivas do fazer pedagógico de uma educação voltada à classe trabalhadora.

No município, a EJA é dividida em Segmento I e Segmento II (respectivamente, anos iniciais e anos finais do ensino fundamental) que estão organizados em núcleos e polos distribuídos pelos bairros de Florianópolis, sendo ao todo cinco núcleos divididos entre as regiões continental, norte, leste, central e sul (com vinte e seis polos e sedes). A carga horária é estabelecida em 800 horas-aula, que podem ser frequentadas, no mínimo, 75% presencialmente (600 horas-aula) e 25% a distância (200 horas-aula) (FLORIANÓPOLIS, 2008). O que, por sua vez, já torna essa modalidade mais flexível para que os estudantes consigam conciliar com as demandas do trabalho. Além disso, a metodologia de ensino é feita a partir de banco de horas (se aproximando bastante de uma tendência escolanovista), ou seja, os estudantes não precisam frequentar às aulas numa determinada sequência de dias letivos (podem frequentar um tempo, parar por outro e retornar mais tarde - o que geralmente acontece durante a temporada de verão). Sendo assim, “a singularidade da metodologia da EJA de Florianópolis é essencial para que os migrantes conciliem trabalho e retorno à escola.” (PEREIRA, 2020, p. 55)

Todavia, por mais que, tanto a questão da frequência quanto o banco de horas tornem maior a possibilidade da classe trabalhadora frequentar as instituições, também podem ser responsáveis pela falta de vínculo dos estudantes com o espaço escolar e pela sequência didática necessária ao processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto importante referente à organização, diz respeito à metodologia de ensino a partir do princípio educativo da pesquisa. Nesse sentido, os estudantes não estudam a partir de conteúdos sistematizados. Pelo contrário, eles mesmos podem escolher, livremente, a temática que desejam estudar e, a partir dela, os conteúdos vão se apresentando.

Isto não significa que todo o trabalho da EJA se resuma na orientação de pesquisas. O planejamento coletivo realizado pelo núcleo duas vezes semanalmente deverá propor intervenções a partir de diversas estratégias diferentes visando a aprendizagem significativa dos alunos, tais como: oficinas, palestras por professores e pela comunidade, cursos, confraternizações, saídas pedagógicas, estudos dirigidos, atividades esportivas etc. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 12-13).

Nesse sentido, essa metodologia não exime os docentes de seu papel na formação desses sujeitos, mas parte de um pressuposto de educação horizontal e dialogada.

O papel do professor ainda é central e necessário, pois é ele quem orienta o estudante em todas as fases da pesquisa, porém, de acordo com a proposta metodológica, não cabe ao professor a socialização dos conhecimentos acumulados historicamente. A metodologia de pesquisa na EJA funciona de forma que o aluno escolhe sua problemática, de acordo com o gosto e vivência pessoal, pois os docentes afirmam que não existe nada que não possa ser pesquisado. Com as perguntas feitas, o estudante procura respostas nas mais variadas fontes, como internet, livros, documentários, vídeos online. Os professores auxiliam na coleta desses dados, a encontrar bibliografias e fontes, na sistematização e, por fim, na preparação da apresentação. É comum que em cada sala fiquem dois professores, sendo que esses se revezam diariamente. Para a instituição é a possibilidade de que todos os professores passem por todas as salas, todas as semanas, visando uma melhor relação professor-aluno. (PEREIRA, 2020 p.57)

Diante dessa flexibilização da metodologia de ensino, poderíamos ser levados à hipótese inicial de que essa organização é efetiva no que diz respeito a facilitar o ingresso e permanência dos estudantes trabalhadores na EJA. Todavia, é importante analisar alguns

dados acerca do número de matrículas nessa modalidade e das condições efetivas de estudo, sobretudo durante o contexto de pandemia da Covid-19, em que as condições de vida e reprodução social desses estudantes estiveram, mais do que nunca, precarizadas.

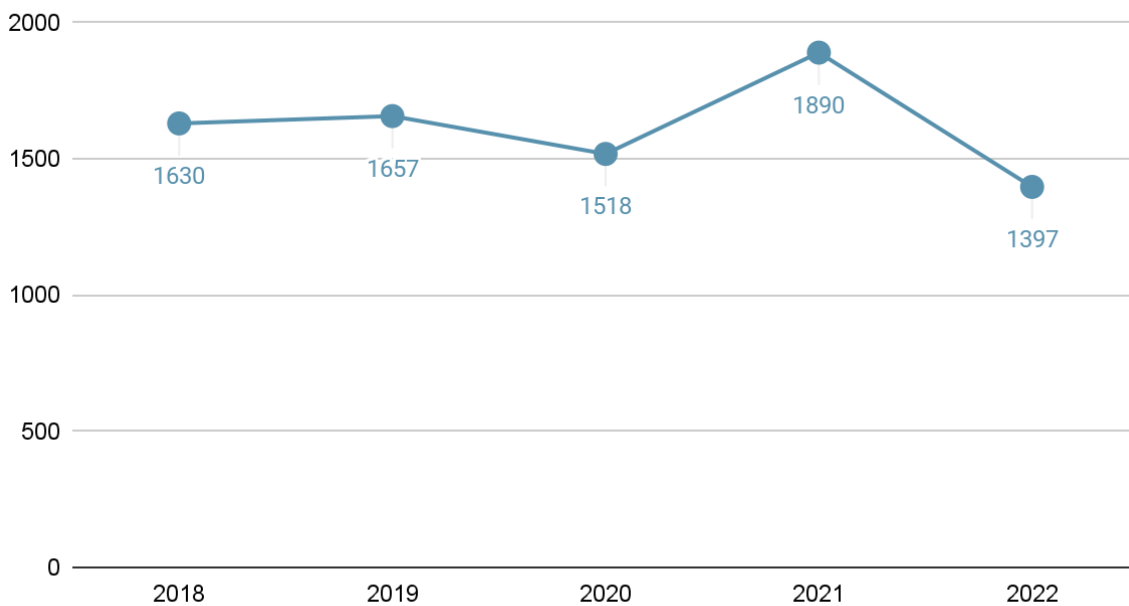
4.2 A EJA DE FLORIANÓPOLIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Considerando que os estudantes da EJA de Florianópolis são, em sua maioria, trabalhadores migrantes e, de modo geral, com condições de trabalho precarizadas e informais ou em situação de desemprego, os quais refletem a situação de expropriação e exploração por parte do capital, o cenário e contexto de vida e estudo desses estudantes se mostra desafiador frente às negligências referentes ao direito e acesso à educação, com uma expressiva piora quando transversalizado às implicações da pandemia do novo coronavírus, a partir do início de 2020.

A partir disso, esse cenário pode ser melhor observado diante dos dados obtidos pelo projeto de pesquisa *Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores*, coordenado pela Prof^a. Dra. Célia Regina Vendramini (2021), acerca do número de matrículas da EJA de Florianópolis/SC.

Gráfico 2 - Matrículas na EJA de Florianópolis/2018-2022

Matrículas na EJA-Florianópolis 2018-2022



Fonte - Elaborado pelo autor a partir de dados obtidos por Vendramini (2021).

Pode-se destacar que em 2019 o número de matriculados era de 1.657, enquanto o de 2020 (primeiro ano da pandemia) foi de 1.518 estudantes, ou seja, houve uma diminuição de 8,3% na relação de estudantes matriculados. Já no ano seguinte, 2021, houve um aumento significativo nas matrículas, enquanto em 2022, o número de matrículas voltou a cair, 7,98% menor do que no primeiro ano de pandemia.

Referente ao ano de 2021, no qual consta um aumento expressivo de matrículas, levantamos a hipótese do significativo movimento de migração de estudantes, acima de 15 anos, da modalidade de ensino regular para a EJA. “A média de estudantes entre 15 e 17 anos no segundo segmento do Rio Vermelho, com 42,6%, está 10% acima do índice municipal, evidenciando outra particularidade desse polo para além da alta presença de migrantes.” (NASCIMENTO, 2022 p. 53). Condição que se justifica pela problemática referente à ausência de vagas para atender esses estudantes na rede regular de ensino, particularmente no Norte da Ilha de Florianópolis, evidenciando um dos mecanismos de expulsão de jovens das escolas, conforme identificado na pesquisa de Nascimento (2022). Além disso, a condição de vida dos jovens e das suas famílias foi agravada durante a pandemia, o que pode ter

colaborado para a procura da EJA - no turno noturno e com maior flexibilidade - possibilitando conciliar trabalho e estudo.

Constatamos que o perfil daqueles que acessam a modalidade vem se alterando nos últimos anos através do processo de juvenilização, reflexo das desigualdades estruturais no acesso ao ensino regular por parte da juventude trabalhadora. Tais desigualdades se manifestam no fechamento do período noturno e na implantação do ensino médio integral em diversas escolas públicas, não permitindo a frequência do aluno que precisa trabalhar. Além disso, é preciso considerar os mecanismos internos à escola que dificultam o aprendizado e o acompanhamento dos estudantes mais empobrecidos da classe trabalhadora. (idem, p. 49)

No que se refere aos demais dados dos anos em que a pandemia esteve em curso, em que houve queda no número de matrículas, muitas hipóteses podem ser levantadas. Sobretudo no que diz respeito às próprias demandas de subsistência agravadas pela crise sanitária, somadas à impossibilidade de acessar aulas em formato remoto, causados por problemáticas aqui já levantadas anteriormente. Além disso, uma outra hipótese pode ser levantada a partir de dados acerca da condição de trabalho dos estudantes da EJA em 2022. Neste ano, decorrente da pandemia, o número de estudantes desempregados, matriculados no Núcleo do bairro Rio Vermelho (o qual funciona na Escola Básica Municipal Maria Conceição Nunes), era de 25 estudantes, de um total de 79 matriculados (desses, 31 alunos não informaram sua ocupação). Outro aspecto importante a ser observado é o fato de que destes estudantes, apenas 4 tinham carteira assinada, ou seja, o trabalho informal é quase que absoluto neste grupo. De fato, esses números por si só não são capazes de descrever os reais motivos que levam à diminuição ou ao aumento de matrículas. Todavia, é importante analisá-los e interpretá-los a partir das condições nas quais o fazer discente e docente se concretizaram no período de pandemia, sobretudo no período de uso do ensino remoto. E, para além disso, essa análise implica, também, entender o papel social marginalizado da EJA, para além da pandemia.

A partir de uma entrevista concedida pela coordenadora da EJA do bairro Rio Vermelho à época (VENDRAMINI, 2021) é possível analisar de forma mais aprofundada a situação dos estudantes e professores no contexto da pandemia. Além da questão do alto número de desemprego entre os estudantes, a coordenadora destaca que dos 108 estudantes matriculados em 2020, apenas 57 tiveram acesso ao ensino remoto. Entretanto, no máximo 33

desses estudantes acompanhavam as atividades e faziam as devolutivas. Mas o acesso à internet não foi problema apenas para os estudantes, já que até mesmo professores relataram essa falta. Além do mais, a jornada de trabalho se tornou prolongada para dar conta dos atendimentos online. Isso acaba por, não somente limitar a relação de vínculo entre professores e estudantes, como também fragilizar a ação docente.

Não há indícios mínimos que permitam supor que a incorporação das tecnologias digitais no ensino busque ampliar a ação do professor como sujeito da atividade pedagógica. Ao contrário, parece que se está diante de condições que melhor permitem efetivar os ideais do professor “moderador”, “mediador”, “tutor”, “motivador” ou “gerenciador”. (NASCIMENTO, 2021, p.15)

Assim como em âmbito nacional, o ensino remoto na EJA de Florianópolis não se apresentou como uma resposta consistente às necessidades emergenciais do contexto pandêmico, nem sequer como garantia de acesso à modalidade de ensino a distância. O que se consolidou, de maneira mais evidente, foi a negligência voltada ao atendimento da classe trabalhadora do município. É preciso ir além de uma análise acerca do ingresso nesse contexto, mas nos atentar para as condições nas quais os estudantes estiveram submetidos aos impactos causados pela pandemia da Covid-19.

4.3 OS ESTUDANTES DA EJA DE FLORIANÓPOLIS DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19

O mito do direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam às escolas primárias do país e o do que nelas conseguem permanecer é chocantemente irrisório. O mito da igualdade de classe, quando o “sabe com quem está falando?” é ainda uma pergunta dos nossos dias. (FREIRE, 2005, p.79).

Por meio das palavras de Paulo Freire, a tarefa de analisar o cenário da educação durante o ensino remoto pode se tornar mais esclarecedora. Quero dizer, os ideais presentes numa perspectiva de educação remota e/ou híbrida não surgem apenas na pandemia. Pelo contrário, essa perspectiva de ensino vai ao encontro do que Freire já conceituava como *educação bancária*⁵. Qualquer semelhança desta educação com o ensino remoto não se trata de pura coincidência, tendo em vista que essa perspectiva de ensino tem como premissa a

⁵ Termo utilizado por Freire na obra **Pedagogia do Oprimido** ao se referir à uma educação em que o conhecimento é depositado aos educandos.

ação unilateral do professor no processo de aprendizagem, cabendo aos estudantes o papel de passividade.

A educação [bancária] é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Pelo contrário, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da “cultura do silêncio” (idem, p. 34, grifos meus).

Nesse sentido, a organização do ensino durante o tempo de isolamento social seguiu uma perspectiva onde os estudantes apenas serviam como depósitos de conteúdos que precisavam ser repassados para dar conta do calendário letivo, sem uma interação subjetiva entre professor-aluno, sem espaço para debate, reflexões e aprofundamentos teóricos. No caso dos estudantes da EJA de Florianópolis, mais especificamente, os estudantes deveriam dar conta de seus projetos de pesquisa sem um contato direto com seus professores. Isso, por sua vez, se mostrou como um impeditivo (além da inacessibilidade) de frequência remota das “aulas”, já que muitos dos estudantes decidiram aguardar a retomada das atividades presenciais para voltarem a frequentar a EJA. Isso se justifica, em hipótese, pelo papel social que a escola assume enquanto um lugar que precisa enxergar os educandos como seres históricos. Além de precisarem assumir um papel central em seus processos de aprendizagem, esses sujeitos estão situados social e historicamente, num determinado contexto cultural, o que deve ser levado em consideração em seu percurso escolar.

Segundo a coordenadora da EJA do bairro Rio Vermelho à época⁶, Ana Carolina Rodrigues Herrera, além dos estudantes que destacaram as dificuldades básicas de permanência no período remoto, muitos dos estudantes se sentiram desestimulados por não conseguirem frequentar o espaço físico da escola, nas palavras dela alguns diziam: “Não quero. Não gosto. Quero ir pra escola... Ano que vem eu vou voltar. Só se for na escola de verdade”. Ou seja, a escola se apresenta enquanto uma possibilidade mais efetiva de apropriação do conhecimento, seja pelos conteúdos sistematizados ou pelas trocas e vivências que aquele espaço possibilita.

Para aqueles que puderam, não sem dificuldades, permanecer durante o ensino remoto, de modo geral, acabaram por lidar com uma metodologia de ensino que já compunha parte da carga horária da EJA de Florianópolis: as horas de produção externa - HPE.

⁶ Entrevista realizada pela professora Célia Regina Vendramini, de forma *on-line*, no dia 30 de novembro de 2020.

Nesta, os estudantes poderiam socializar experiências que tivessem externas à escola a partir de filmes, eventos culturais, acontecimentos do cotidiano e etc. Segundo relatos feitos pelo coordenador da EJA de Florianópolis à época, Antônio Chedid Neto, a metodologia de ensino adotada foi justamente o aprofundamento do HPE. Entretanto, isso não poderia ser feito de uma maneira generalizada, como se a realidade dos estudantes fosse a mesma para todos, por isso adotaram a seguinte perspectiva apresentada em três eixos: “1) Cuidado e preservação da vida; 2) Formação dos professores para aproveitar ao máximo o período online; e 3) As questões pedagógicas, através das tele-aulas e da qualificação da HPE.”⁷

Pensar as metodologias de ensino a partir dos eixos citados possibilita uma aproximação mais humanizada com os estudantes, mesmo que mediados por equipamentos tecnológicos, plataformas digitais e redes sociais. Sobretudo no que diz respeito ao zelo pela preservação e cuidado da vida desses estudantes, que sempre foram negligenciados e, por vezes, silenciados. Mas é evidente que esses movimentos em busca da permanência dos estudantes não foram suficientes para garantir o direito ao acesso desses trabalhadores à educação. Não se trata apenas do que antes se apresentava, como conciliar trabalho e estudo, agora se somam questões mais profundas de subsistência e de saúde. Problemática que, no geral, passou despercebida para aqueles que deveriam garantir condições favoráveis à manutenção da vida desses sujeitos.

Acerca das poucas iniciativas de combate à pandemia e suporte aos mais vulneráveis pela prefeitura municipal de Florianópolis, o que se teve, conforme informado pelo coordenador da EJA em entrevista⁸, foi a distribuição de cestas básicas (a qual serviu, em muitos casos, como refeição principal de toda uma família) compradas com o orçamento que seria destinado à merenda escolar⁹. Já no que diz respeito à garantia do acesso aos meios remotos de ensino, nenhuma medida foi tomada. Não houve, por parte da prefeitura ou governo do estado, suporte em relação ao acesso à internet e empréstimos de equipamentos como computadores ou tablets. Contracorrente, houve esforços por parte dos coordenadores e professores para remanejar equipamentos entre os Núcleos para lidar o melhor possível com a

⁷ Entrevista realizada pela professora Célia Regina Vendramini, de forma *on-line*, no dia 7 de dezembro de 2020.

⁸ Ibid.

⁹ Os estudantes da EJA têm acesso à merenda escolar, no turno da noite é servido jantar. Além disso, contam com passe escolar gratuito para se dirigir à escola. Estas foram conquistas dos coordenadores e professores da EJA em Florianópolis.

situação. Ademais, além da criação de grupos no *WhatsApp*, cada professor ficou responsável por grupos de 10 a 15 estudantes, justamente para facilitar o processo de aproximação com os mesmos, fazendo com que não se sentissem abandonados ou esquecidos. Todavia, as estratégias não eram garantias efetivas de que esses estudantes teriam condições mínimas de um aproveitamento escolar que lhes garantisse sua aprendizagem.

Como esperar dos educandos que mantivessem uma nova rotina de estudos num quadro totalmente adverso, com diminuição da renda, a aproximação cada vez mais iminente do desemprego, o risco de infecção e, no seu limite, à morte? Isso sem ter em conta outros tipos de problemas, exacerbados pela necessidade do distanciamento físico, como inadequação da residência e a ausência de local apropriado para as atividades escolares, a violência doméstica, as separações familiares causadas pelas dificuldades financeiras, o luto daqueles que perderam seus entes queridos. (SILVA, 2022, p. 154)

Infelizmente, as estratégias adotadas não foram suficientes para diminuir os impactos do ensino remoto, sobretudo da emergência pandêmica em geral. Principalmente no que diz respeito à evasão dos estudantes, ou como chamou o coordenador Antônio Chedid Neto, a infrequência. O uso dessa nomenclatura, que substitui “evasão”, denota um cuidado no que diz respeito à não aceitação de uma espécie de expulsão dos estudantes que não estejam frequentando as aulas em determinado momento. Acredita-se que esses estudantes estavam enfrentando as necessidades mais básicas de sua subsistência e que poderiam retornar à escola.

Como já foi destacado anteriormente, boa parte da economia de Florianópolis é movida pelo turismo - incluindo os serviços a ele conectados, como limpeza, vigilância, comércio, etc - mercado de trabalho no qual os migrantes são maioria. Este foi um dos primeiros setores a sofrer impacto causado pelo distanciamento social. Como reflexo, muitos desses trabalhadores, ao menos os que tiveram condições, se viram forçados a voltar para sua terra natal, em busca de condições mais efetivas de subsistência, ou tenham buscado outros destinos. Decorre daí a hipótese de que esses estudantes voltariam quando tudo se normalizasse. "A gente acredita que é um afastamento temporário. Que o estudante está tentando ajeitar a vida, mas ele volta", diz o coordenador Antônio. De fato, os números de matrículas no ano seguinte foram maiores do que em 2020, cerca de 19% maior. Mas como foi levantado anteriormente, esse aumento pode significar a juvenilização dessa modalidade de ensino.

O que se tem, de fato, é a afirmação de que, assim como em âmbito nacional, o ensino remoto foge daquilo no qual se propagou. Essa não foi uma medida isolada de contingenciamento da crise sanitária. Trata-se de uma decisão autoritária, entendida como possibilidade de garantia democrática de ensino no contexto da pandemia. Mas é evidente que essa modalidade de ensino contribuiu para segregar e negligenciar ainda mais a educação da classe trabalhadora.

Se a implantação do “ensino” remoto não nos permite presumir qualquer avanço no acesso à educação escolar – e conseqüentemente a melhoria nas condições de reprodução social dos trabalhadores – por meio da implementação das plataformas educacionais, ao inferir a razão entre atividades postadas e respostas a estas atividades, o resultado é extremamente consternador. (SILVA, 2022, p. 150)

Não resta dúvida que os estudantes da EJA de Florianópolis, em particular, foram intensamente afetados pelas implicações da pandemia da Covid-19, sobretudo pela interrupção dos estudos, pelo afastamento da escola, dos professores e colegas, pelo não acesso às condições para o ensino remoto e pela defasagem na aprendizagem. Esse cenário se mostrou ainda mais severo em relação ao primeiro segmento da EJA, correspondente às séries iniciais, em que se tem o período de alfabetização. Como alfabetizar pessoas a partir de mecanismos de comunicação que exigem certo grau de letramento? Essa é uma das questões que não aceitam resposta única e que talvez não tenham respostas precisas, condição causada pelas inúmeras incertezas que trouxe o ensino remoto. Mas, de modo geral, evidenciamos por meio de estudos, dados de matrícula e entrevistas, o quanto o ensino remoto é inadequado, especialmente para a educação da classe trabalhadora. Sabemos que a tecnologia não é neutra, portanto, no sistema capitalista de produção, ela está associada a finalidades formativas voltadas para a adaptação da futura força de trabalho. Além disso, uma educação que reproduz desigualdades só pode ser conveniente ao capital, nunca aos trabalhadores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou, a partir de referenciais teóricos e dados empíricos acerca da Educação de Jovens e Adultos no município de Florianópolis/SC, no contexto da pandemia da Covid-19, compreender o direito e acesso à educação dos estudantes desta modalidade, considerando suas condições de vida e as implicações referentes ao modelo emergencial de ensino remoto. Tendo em vista a importância político-social da compreensão de como a classe trabalhadora enfrentou o cenário de crise e como se deu o acesso à educação em tempos de pandemia.

De fato, a classe trabalhadora foi a mais impactada pela crise sanitária. Não somente pelas negligências na prevenção e na assistência à saúde, acrescidas do faturamento de serviços e suprimentos básicos de subsistência e combate ao vírus, mas também pelo aprofundamento da exploração da classe trabalhadora. O que pode ser evidenciado pelos 38 milhões de brasileiros em situação de trabalho informal e pelo desemprego em 14,6% em 2021 (SILVA, 2022). Acerca dos estudantes da EJA de Florianópolis, cujos marcadores sociais são, majoritariamente, trabalhadores migrantes - 18% da população total no município, no ano de 2010 (VENDRAMINI, 2017), na busca por condições básicas, ou melhores, de vida, a realidade do mercado de trabalho informal já estava presente muito antes da pandemia, o que se configurou ainda pior nesse cenário, devido ao caráter de “serviço não essencial” das atividades que os trabalhadores ocupavam.

A partir dos dados obtidos, foi perceptível a queda nos números de matrículas da EJA no primeiro ano de pandemia, o que se justifica, em tese, pelas próprias implicações da crise sanitária, somada à adoção do ensino remoto, medida que não garantiu acesso de todos os estudantes, bem como condições necessárias de estudos. Por outro lado, a partir de 2021 os números de matrículas voltaram a subir, o que se justifica, novamente em tese, pela migração dos estudantes maiores de 15 anos para a EJA, devido à inexistência de vagas no ensino regular ou à impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, tornando a EJA uma possibilidade de seguir os estudos, já que o direito ao acesso à educação básica regular lhes foi negligenciado.

Acrescenta-se a situação dos que permaneceram matriculados, mas não acompanharam de forma efetiva as atividades, não acessaram as plataformas, não deram retorno das atividades, como relatado pelos coordenadores da EJA entrevistados.

É preciso destacar, também, as iniciativas feitas pela equipe da EJA do município de Florianópolis para o acompanhamento mais próximo dos estudantes, na busca por mantê-los em contato com as escolas e participando das atividades da maneira que fosse possível, apesar de entenderem a modalidade remota como incapaz de solucionar os problemas da crise sanitária. Tal situação aumentou as demandas já excessivas de trabalho dos professores.,

Ademais, o momento de crise serviu como justificativa para a implementação de um projeto de educação há anos programado. Uma educação flexível voltada para a classe trabalhadora, de modo a garantir a reprodução social de trabalhadores flexíveis aos ideais mercadológicos. Processo que se deu a partir da adesão de uma educação remota, camuflada pela emergência da crise sanitária. Tal modelo de ensino evidenciou antigos problemas da educação brasileira: a inexistência de garantias do direito ao acesso à educação e a não democratização das condições favoráveis ao ensino. As implicações causadas pela pandemia e a adoção do ensino remoto se mostraram extremamente nocivas aos estudantes da EJA em Florianópolis, o ensino remoto não se mostrou acessível, muito menos com condições mínimas de ofertar uma formação integral. Pelo contrário, a perspectiva de ensino remoto para a classe trabalhadora fortalece um projeto de educação que visa a conformação e adaptação social dos trabalhadores.

Sendo assim, a partir do que Freire (2000) coloca sobre as forças econômicas que moldam o comportamento social, não devemos permanecer numa espécie de estagnação social que aceita o desmonte da educação voltada à classe trabalhadora, ou aceitação de uma educação reprodutora de desigualdades, mas garantir que haja possibilidade de uma educação comprometida com a formação integral dos sujeitos. É preciso respaldar a classe trabalhadora de seu direito e acesso a uma educação de qualidade. E o que se configura, a partir dos resultados dessa pesquisa, é a ineficácia de um ensino remoto, que não possibilita condições mínimas de acesso da classe trabalhadora à educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. EJA: UMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO OU PARA A CLASSE TRABALHADORA? **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 129-147, dez. 2016.

BRASIL. IBGE. (org.). **Internet chega a 88,1% dos estudantes, mas 4,1 milhões da rede pública não tinham acesso em 2019**. 2021. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30522-internet-chega-a-88-1-dos-estudantes-mas-4-1-milhoes-da-rede-publica-nao-tinham-acesso-em-2019> . Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer n. 05, de 28 de abril de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 jun. 2020. Seção 1.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CORONAVÍRUS BRASIL**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> . Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2018>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. SENADO FEDERAL. . **Brasil poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI**. 2021. Fonte: Agencia Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi> . Acesso em: 07 nov. 2022.

CARDOSO, Cristiane Alves; FERREIRA, Valdivina Alves; BARBOSA, Fabiana Carla Gomes. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista Com Censo**, [s. l], v. 7, p. 38-46, 13 ago. 2020.

DALMAGRO, Sandra Luciana *et al.* Trabalho precário, violência e marginalização: o caso dos estudantes de eja na ilha da magia. In: MARCASSA, Luciana Pedrosa; CONDE, Soraya Franzoni; DALMAGRO, Sandra Luciana (org.). **Juventude pobre e escolarização:**

trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do maciço do Morro da Cruz – Florianópolis. Florianópolis: Editoria em Debate, 2019. Cap. 10. p. 289-320.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al . Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades à luz do gênero, raça e classe. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, Sept. 2020 .

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação Continuada. **Caderno do Professor EJA.** Estrutura, funcionamento, fundamentação e prática na Educação de Jovens e Adultos. Florianópolis: SMEF, 2008.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação de Jovens e Adultos. **Projeto Político-Pedagógico do Departamento da Educação de Jovens e Adultos.** Florianópolis: SMEF, 2014.

FONTES, V. Formação dos trabalhadores e luta de classes. **Revista Trabalho Necessário**, v. 14, n. 25, 22 dez. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

IBGE. BRASIL. **Educação.** 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 07 nov. 2022.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; LISBÔA, Eliene Soares dos Santos; SANTIAGO, Nilza Bernardes. Pandemia do coronavírus e seus impactos na área educacional. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, p. 17-24, 2020. Semestral.

KUENZER, Acácia Zeneida; MACHADO, Lucília Regina de S. A pedagogia tecnicista. In: MELLO, Guiomar Namó de. (org.). Escola Nova, tecnicismo e educação compensatória. São Paulo: **Edições Loyola**, 1982.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. In: Reunião científica regional da anped: educação, movimentos sociais e políticas governamentais, 2016, Curitiba. Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-21.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. v.1. Trad. de Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NASCIMENTO, Carolina Picchetti. (2021). Escola, ensino e os processos de aprendizagem em tempos de pandemia. *Linhas Críticas*, 27, e39015.

NASCIMENTO, Eron Keoma. **Para além da aparência: condições de vida, desafios e perspectiva dos estudantes da EJA, em Florianópolis-SC**. 2022. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA PEDAGOGIA. **Avaliação do ensino em pandemia e de forma remota no curso de pedagogia da UFSC**. Florianópolis: [S.I.], 2020. 40 p.

PEREIRA, Larissa do Livramento. **A escolarização de trabalhadores migrantes na Educação de Jovens e Adultos diante da longa jornada de trabalho**. 2020. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PINTO, José Marcelino Rezende. As esperanças perdidas da Educação de Jovens e Adultos com o Fundeb. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Brasil, v. 11, n. 14, p. 01-20, maio de 2021.

RUMMERT, S. M. ., & VENTURA, J.. Educação de jovens e adultos da classe trabalhadora: história de luta e resistência frente à negação do direito. *Revista Trabalho Necessário*, 2021, 6-20.

SALVADOR, Evilásio. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. e 39326, 22 dez. 2020.

SARTORI, Anderson. A legislação educacional e as concepções de EJA. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (comp.). **Educação de Jovens e Adultos e na Diversidade**. Florianópolis: Núcleo de Publicações do Ced, 2010. p. 76-110.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação –o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, Pará, v. 10, p. 01-25, 2020.

SILVA, Marcos Antônio da. **Trabalho e Educação** : a reprodução social de trabalhadores migrantes do município de Balneário Camboriú/SC em 2020, no contexto da pandemia da Covid-19.. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

Universidade Federal de Santa Catarina. **Google Suite e Office 365 disponíveis para estudantes e servidores da UFSC.** 2020. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2020/08/google-suite-e-office-365-disponiveis-para-estudantes-e-servidores-da-ufsc/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Google Suite e Office 365 disponíveis para estudantes e servidores da UFSC.** Notícias UFSC. Florianópolis. 28 ago. 2020.

VENDRAMINI, Célia Regina. “A realidade de migrantes trabalhadores na Educação de Jovens e Adultos.” **PÉRIPLoS, Revista de Pesquisa sobre Migrações.** v. 4, n. 1, pp.378-395. 2020.

VENDRAMINI, Célia Regina. Jovens migrantes diante do desafio de trabalhar e estudar. **Contrapontos**, v. 17, n. 3, p. 427-440, jul./set., 2017.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Migração e escolarização:** a realidade de jovens estudantes e trabalhadores. Florianópolis. 2021. Projeto de pesquisa.

VENDRAMINI, C. R.; CONDE, S. F. Vítimas do coronavírus: A classe trabalhadora imigrante. **Desacato**, 2020. Disponível em: <http://desacato.info/vitimas-do-coronavirus-a-classe-trabalhadora-imigrante-por-celia-vendramini-e-soraya-franzoni-conde/> Acesso em: 07 de nov. de 2022

APÊNDICE A – Aprovação do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A reprodução social de migrantes da Educação de Jovens e Adultos

Pesquisador: Célia Regina Vendramini

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46527421.4.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.805.224

Apresentação do Projeto:

Resumo:

Considerando o expressivo número de migrantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade que atende o público da classe trabalhadora, a pesquisa pretende analisar as dimensões da reprodução social de trabalhadores migrantes matriculados na EJA do município de Florianópolis/SC. A migração da classe trabalhadora é um fenômeno intrínseco aos processos de expropriação e exploração da sociedade moderna, o qual está associado com mecanismos internos e externos de expulsão dos estudantes da escola, ocultado no termo abandono escolar. O contexto atual de redução do trabalho vivo e aumento do desemprego, bem como das ocupações temporárias e precárias, provoca a maior mobilidade dos trabalhadores entre setores de produção e locais de trabalho. E também causa modificações nas condições de reprodução da vida, no que diz respeito à moradia, alimentação, educação, entre outros aspectos. A educação se constitui numa das dimensões da reprodução social, ou seja, da reprodução de uma força de trabalho instruída, disciplinada, produtiva, com qualidades competitivas, flexível e adaptável ao mercado de trabalho. Por meio do estudo sobre a historicidade, natureza e dimensões da reprodução social, no âmbito econômico, político, cultural e ambiental, pretende-se descrever as especificidades da reprodução social de migrantes, enquanto produção de uma força de trabalho diferenciada, bem como identificar os espaços educativos e de sociabilidade dos migrantes da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa empírica contará com levantamento de dados sobre as migrações no

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401

Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400

UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 4.805.224

município de Florianópolis, dados dos matriculados na EJA (local de nascimento, idade e sexo) e dados aprofundados (moradia, trabalho, renda e histórico escolar) dos matriculados nos Núcleos com maior concentração de migrantes, bem como realização de grupos focais e entrevistas com estudantes migrantes. Hipótese:

A migração da classe trabalhadora é um fenômeno intrínseco aos processos de expropriação e exploração da sociedade moderna e o percurso escolar dos jovens migrantes se encontra marcado pelo trabalho e se caracteriza pela permanente tensão entre expulsão e integração. A classe trabalhadora, ao estar sujeita a baixos salários e condições de vida precárias, ao enfrentar o desemprego e constituir-se como população relativamente supérflua, é compelida a migrar em busca de trabalho e melhores condições de vida. A reprodução social dos trabalhadores migrantes, em termos de moradia, alimentação, escolarização, acesso a políticas públicas, entre outros, tende a ser mais precária dadas as dificuldades de instalar-se e prover a vida no novo local de destino, à concorrência pelo emprego, o racismo e xenofobia e a pobreza. Os migrantes tendem a ser maioria nos núcleos de Educação de Jovens e Adultos, por ser uma modalidade que busca se adequar às condições e necessidades da população trabalhadora, em especial a mais vulnerável. O espaço da EJA se constitui não apenas na possibilidade de escolarização, mas também de socialização e acolhimento dos migrantes. A escolarização, a formação técnica e profissional, a qualificação e o acesso ao conhecimento e à cultura em geral são constituintes do processo de reprodução social.

Metodologia Proposta:

Para o desenvolvimento da pesquisa propomos abordagem teórica e empírica. Em termos teóricos, definimos três categorias de análise, com base em estudos clássicos e visando a atualização das mesmas. São as seguintes: migração, reprodução social e escolarização. Nosso propósito é o estudo aprofundado da categoria reprodução social, fazendo coro com os estudiosos que buscam recolocá-la no debate e particularmente abordá-la no campo educacional. A reprodução social constituirá o fio que ligará os elementos da migração e da escolarização. A pesquisa empírica será desenvolvida na Educação de Jovens e Adultos do município de Florianópolis/SC. Como já mencionado, trata-se de uma modalidade que atende o público da classe trabalhadora, o qual, em virtude da necessidade de trabalhar, em geral precocemente, vai se afastando da escola. O retorno, na maioria dos casos, se dá pela EJA. Conforme nossa pesquisa (2017), em fase de finalização, há uma presença significativa de migrantes em todos os 19 núcleos da EJA do município de Florianópolis. Em 2018 eram 904 (47% dos matriculados) e em 2019, 974 (50,6% dos matriculados). A concentração maior de migrantes foi encontrada nos Núcleos do Norte da Ilha

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 4.805.224

com 70,8% dos matriculados. Nosso objetivo é descrever as condições de reprodução da vida dos trabalhadores migrantes vinculados à EJA, observando as especificidades destes enquanto um expressivo segmento do proletariado global que é, “simultânea e contraditoriamente, tão imprescindível quanto supérfluo para o sistema do capital” (ANTUNES, 2018, p. 20). Uma força de trabalho nua, sem pátria, sem documentos, sem família, completamente à disposição do capital, o qual tem controle quase absoluto sobre a produção e reprodução social deste trabalhador, segundo Basso (2013). Pretendemos, a exemplo de Katz (2019), observar os aspectos político-econômicos, culturais e ambientais no processo de reprodução social, os quais estão intimamente interligados. No que diz respeito aos aspectos político-econômicos, interessa pontuar a reprodução dos conhecimentos e habilidades do trabalho, as práticas que mantêm e reforçam a diferença de classe, o papel do Estado, do setor privado e as responsabilidades da comunidade e da família. Quanto aos aspectos culturais, serão abordadas as formas e práticas culturais da aquisição de conhecimentos não só em relação ao trabalho e ao local de trabalho, mas ao aprendizado de tornar-se membro de grupos sociais específicos. “(...) a reprodução social implica assimilação e aquisição de conhecimento, valores e práticas compartilhados nos grupos aos quais pertencem por nascimento ou escolha. Por meio dessas práticas materiais, os atores sociais tornam-se membros de uma cultura que eles ajudam a criar e, simultaneamente, constroem suas identidades dentro e contra essa cultura.” (idem, p. 440) Ainda no aspecto cultural da reprodução social e suas implicações entre os migrantes, assinalamos: a migração incentivada de algumas culturas, o desenraizamento cultural dos migrantes, a naturalização da exploração dos migrantes, a homogeneização / padronização, tornando as diferenças culturais indistintas, a associação entre grupos de migrantes para sobreviver no novo local, os preconceitos que se criam relativos aos migrantes e seus modos de vida. No que diz respeito aos aspectos ambientais, os problemas e os custos da degradação ambiental de séculos de exploração capitalista são deslocados de uma região para outra, o que tem implicações em comum com as relações sociais que encorajam a produção em um lugar com força de trabalho migrante reproduzida em outro lugar. De acordo com Katz (2019), a desconsideração com os assuntos da reprodução social é visível nas paisagens comumente negligenciadas de áreas urbanas de países industrializados e subdesenvolvidos. “Estas paisagens negligenciadas e menos favorecidas incluem escolas, parques, playgrounds, e espaços públicos, assim como locais com pouco ou nenhum investimento em habitação, infraestrut

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 4.805.224

Analisar as dimensões da reprodução social de trabalhadores migrantes, tendo como base teórica a categoria reprodução social e base empírica a pesquisa com estudantes migrantes da Educação de Jovens e Adultos no município de Florianópolis/SC.

Objetivo Secundário: Pesquisar a historicidade e natureza da categoria reprodução social. Definir as dimensões da reprodução social no âmbito econômico, político, cultural e ambiental. Estudar a educação como elemento da reprodução social. Descrever as especificidades da reprodução social de migrantes, enquanto produção de uma força de trabalho diferenciada. Observar a articulação da migração com os novos mecanismos de expropriação social. Identificar os espaços educativos e de sociabilidade dos migrantes da Educação de Jovens e Adultos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliação adequada de riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Comentários

Projeto de pesquisa departamental de Célia Regina Vendramini do Departamento de Estudos Especializados em Educação.

Estudo nacional, unicêntrico e prospectivo.

Número de participantes: 100.

Previsão de início de estudo em 01/04/2021

Previsão de término de estudo em 31/12/2024

Previsão de gastos de R\$ 1850 com financiamento próprio.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações

Recomendações:

"Informações adicionais no campo de assinaturas: Embora se entenda que, do ponto de vista jurídico, o TCLE represente um contrato entre o participante de pesquisa e o pesquisador/patrocinador, o TCLE tem a função precípua de informar e respeitar a autonomia do participante de pesquisa e não propriamente de se estabelecer vínculo contratual entre as partes. Informações adicionais, além do nome e data de assinatura, não são considerados essenciais do ponto de vista bioético. Sendo assim, a Conep tem solicitado que informações como RG, CPF, endereço, entre outras sejam removidas do campo de assinatura" (<http://plataformabrasil.saude>).

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 4.805.224

gov.br/ > Manuais da Plataforma Brasil > Pendências Frequentes em Protocolos de Pesquisa Clínica > pág. 33 > item 1.19.c).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomendo a aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1727127.pdf	31/05/2021 10:15:21		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Comite_de_etica_Celia_Vendramini28maio.pdf	31/05/2021 10:14:31	Célia Regina Vendramini	Aceito
Outros	Carta_resposta_pendencias_CEPSHassinado.pdf	28/05/2021 14:56:37	Célia Regina Vendramini	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TLCE_GrupoFocal.pdf	28/05/2021 14:55:19	Célia Regina Vendramini	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Entrevista.pdf	28/05/2021 14:55:08	Célia Regina Vendramini	Aceito
Outros	Roteiro_Grupo_Focal.pdf	28/05/2021 14:53:17	Célia Regina Vendramini	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.pdf	28/05/2021 14:52:33	Célia Regina Vendramini	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa_CeliaVendramini_UFSC_2020.pdf	03/05/2021 18:24:39	Célia Regina Vendramini	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DCIE_autorizacao_pesquisa_PMF.pdf	03/05/2021 18:22:13	Célia Regina Vendramini	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 4.805.224

FLORIANOPOLIS, 24 de Junho de 2021

Assinado por:
Nelson Canzian da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Página 06 de 06

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com coordenadora da EJA Rio Vermelho – 2020

Pesquisa EJA – Florianópolis

Entrevista com coordenadora da EJA Rio Vermelho – 2020

Ana Carolina Rodrigues Herrera

Data: 11/11/2020

Entrevistadora: Célia Regina Vendramini

OBJETO: Situação dos estudantes no contexto da pandemia e ensino remoto

ROTEIRO:

- 1. Quais informações vocês têm sobre a situação em geral dos estudantes neste contexto de pandemia? (considerando o trabalho, a renda, a moradia, a saúde...)
Como tem sido esse contato? Por Whatsapp, e-mail, telefone, outros?**
- 2. Qual a situação dos professores? (condições para este tipo de ensino, formação, condições de trabalho, saúde, demandas domésticas e familiares...).**
- 3. Sobre a situação específica dos estudantes migrantes, quais as informações vocês têm sobre como eles foram afetados com a pandemia? Têm notícia de retorno à cidade de origem ou migração para outro local?**
- 4. Como está sendo o ano letivo 2020, desde a matrícula, início das aulas (presencial), interrupção com o início da pandemia (período) e reinício das atividades via remota?**
- 5. Como está sendo o ensino? Remoto, semipresencial? Atividades síncronas / assíncronas?**

Como está sendo a participação / acompanhamento dos estudantes nas atividades de ensino?

- 7. Qual a condição de acompanhamento dos estudantes (em termos de acesso a equipamentos e internet, habilidades com as tecnologias)? A prefeitura tem dado algum suporte (empréstimo de computadores, auxílio financeiro, etc.)?**

- 8. Houve aumento da evasão dos estudantes no contexto de pandemia (em relação ao número habitual)? Quais os motivos da evasão?**

- 9. Qual a sua avaliação sobre o processo educativo neste ano?**

- 10. Como está o planejamento para o próximo ano letivo (em relação ao calendário, às matrículas e a continuidade do ensino remoto)?**

**APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com coordenador da EJA de Florianópolis –
2020**

Pesquisa EJA – Florianópolis

Entrevista com coordenador da EJA

Antonio Chedid Neto

Data: 07/12/2020

Entrevistadora: Célia Regina Vendramini

OBJETO: Situação dos estudantes no contexto da pandemia e ensino remoto

ROTEIRO:

2. **Quais informações vocês têm sobre a situação em geral dos estudantes neste contexto de pandemia? (considerando o trabalho, a renda, a moradia, a saúde...)
Como tem sido esse contato? Por Whatsapp, e-mail, telefone, outros?**

3. **Qual a situação dos professores? (condições para este tipo de ensino, formação, condições de trabalho, saúde, demandas domésticas e familiares...).**

4. **Sobre a situação específica dos estudantes migrantes, quais as informações vocês têm sobre como eles foram afetados com a pandemia? Têm notícia de retorno à cidade de origem ou migração para outro local?**

5. **Como está sendo o ano letivo 2020, desde a matrícula, início das aulas (presencial), interrupção com o início da pandemia (período) e reinício das atividades via remota?**

6. **Como está sendo o ensino? Remoto, semipresencial? Atividades síncronas / assíncronas?**

Como está sendo a participação / acompanhamento dos estudantes nas atividades de ensino?

- 8. Qual a condição de acompanhamento dos estudantes (em termos de acesso a equipamentos e internet, habilidades com as tecnologias)? A prefeitura tem dado algum suporte (empréstimo de computadores, auxílio financeiro, etc.)?**

- 9. Houve aumento da evasão dos estudantes no contexto de pandemia (em relação ao número habitual)? Quais os motivos da evasão?**

- 10. Qual a sua avaliação sobre o processo educativo neste ano?**

- 11. Como está o planejamento para o próximo ano letivo (em relação ao calendário, às matrículas e a continuidade do ensino remoto)?**